



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

JOGO ABERTO

Respostas do setor de
educação à violência
com base na orientação
sexual e na identidade/
expressão de gênero

RELATÓRIO CONCISO



JOGO ABERTO

Respostas do setor de
educação à violência
com base na orientação
sexual e na identidade/
expressão de gênero

RELATÓRIO CONCISO

Publicado em 2017 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 7, Place Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, e a Representação da UNESCO no Brasil.

© UNESCO 2017



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en>).

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Título original: *Out in the open: education sector responses to violence based on sexual orientation or gender identity/expression: summary report*. Publicado em 2016 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).



A imagem de capa é derivada de uma série de selos postais lançada pela United Nations Postal Administration (UNPA) como parte da campanha Livres e Iguais conduzida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Os selos do diretor de arte da UNPA, Sergio Baradat, celebram a diversidade de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

© Sergio Baradat

Crédito das fotos:

p. 15: © UNESCO/Nikita

p. 21: © UNESCO/Julietta Mora

p. 37: © UNESCO/Diogo

p. 40 & p. 47: © UNESCO/Tomas Gunnarsson, Genusfotografen

The photos of young people included in the report are part of an interview-series conducted by IGLYO (The International Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer & Intersex Youth & Student Organisation), which maintains an official partnership with UNESCO in consultative status. IGLYO is a European youth development organization building the confidence, skills and experiences of young people to become leaders within the LGBTIQI movement locally, nationally and internationally.

p.46: © M Plus/S Chaited

Design gráfico: Aurélia Mazoyer

Créditos da versão em português:

Tradução: Carolina Daia

Coordenação técnica: Marlova Jovchelovitch Noletto, diretora da área programática, e Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

Revisão técnica: Mariana Braga, Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

Diagramação e revisões editoriais: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

ED-2016/WS/12

SUMÁRIO

Prefácio	5
Agradecimentos	6
Siglas	7
Resumo executivo	8
1. Introdução	11
1.1 O que é a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero em ambientes educacionais?	13
1.2 Qual é o impacto da violência homofóbica e transfóbica nas escolas?	17
2. A situação da violência homofóbica e transfóbica nos sistemas de ensino	21
2.1 África	23
2.2 Ásia	24
2.3 Europa	26
2.4 América Latina e Caribe	28
2.5 América do Norte	29
2.6 Região do Pacífico	30
3. A resposta do setor de educação	31
3.1. Por que o setor de educação?	32
3.2. Quais são os princípios fundamentais das respostas do setor de educação à violência homofóbica e transfóbica?	33
3.3. O que é uma resposta abrangente do setor de educação?	35
3.4. Como o setor de educação tem respondido à violência homofóbica e transfóbica?	37
4. Recomendações	47
4.1 Monitoramento sistemático da violência	48
4.2 Políticas nacionais abrangentes no âmbito escolar	49
4.3 Currículo e materiais de aprendizagem inclusivos	49
4.4 Apoio para treinamento de profissionais das escolas	50
4.5 Ambientes escolares seguros, inclusivos e solidários	50
4.6 Campanhas de informação e parcerias com a sociedade civil	51
4.7 Avaliação das respostas do setor de educação à violência	51
5. Bibliografia	53
6. Glossário	61

PREFÁCIO

Todas as formas de discriminação e violência são um obstáculo para o direito fundamental à educação de qualidade de jovens e crianças e nenhum país consegue atingir uma educação inclusiva e de qualidade se os alunos são discriminados e sofrem violência por causa de sua verdadeira, ou aparente, orientação sexual e sua identidade de gênero.

Em 2011, a UNESCO promoveu a primeira consulta internacional das Nações Unidas sobre o *bullying* homofóbico em instituições educacionais, reconhecendo que esse problema complexo e sensível precisa ser conduzido como parte dos grandes esforços para prevenir a violência na escola e a violência de gênero, a fim de atingir a educação de qualidade para todos.

Desde então, a UNESCO tem expandido seus trabalhos em violência na escola e violência de gênero – incluindo a prevenção e o tratamento da questão da violência homofóbica e transfóbica em sistemas educacionais, como parte de seu mandato – para assegurar que o ambiente educacional seja seguro, inclusivo e ofereça apoio para todos, e também para que contribua para a realização da nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Como parte desse trabalho e dentro do sistema do programa de três anos amparado pelos Países Baixos, Educação e Respeito para Todos: Prevenção e Tratamento do Bullying Homofóbico e Transfóbico em Sistemas Educacionais (*Education and Respect for All: Preventing and Addressing Homophobic and Transphobic Bullying in Educational Institutions*), a UNESCO tem oferecido apoio aos esforços para melhorar a base de dados, incluindo a revisão, em âmbito global, da violência homofóbica e transfóbica em sistemas educacionais e as respostas de setores de educação que providenciam os fundamentos para este relatório. Esses esforços têm contribuído para melhor compreensão da natureza, da escala e dos efeitos da violência em escolas, incluindo a ligação entre a violência de gênero, a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero nas escolas e os fatores da resposta abrangente do setor de educação.

Este relatório resume as principais descobertas da revisão global. Tem como objetivo oferecer uma visão geral das informações mais atualizadas sobre a natureza, o âmbito e o impacto da violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero, assim como indicar um panorama das ações atuais. Também tem a intenção de propiciar às partes interessadas do setor de educação um sistema de planejamento e implementação de reações efetivas à violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero como parte dos grandes esforços para prevenir e lidar com a violência nas escolas.



Prof. Dr. Qian Tang
Diretor-geral assistente de educação

AGRADECIMENTOS

A UNESCO gostaria de agradecer ao ministro da Educação, Cultura e Ciência dos Países Baixos e à Agência Norueguesa para Cooperação ao Desenvolvimento (*Norwegian Agency for Development Co-Operation – NORAD*) por seus generosos apoios financeiros para o trabalho de prevenção e abordagem da violência homofóbica e transfóbica em sistemas educacionais, incluindo a revisão e o relatório global sobre a extensão do problema e as respostas do setor de educação que formaram a base deste relatório conciso.

Dedica-se um agradecimento especial àqueles que contribuíram para a principal revisão global, incluindo Piotr Pawlak Maciej e Claudia Moreno Uriza, que realizaram uma revisão documental de indicadores para avaliar a violência nas escolas; a Hivos e à Associação de Gays e Lésbicas em Ação da África do Sul (GALA), que trabalharam em parceria com a UNESCO em um estudo multicultural de gênero, diversidade e violência nas escolas na África do Sul. A UNESCO também gostaria de agradecer a todos aqueles que reviram a publicação do relatório principal, incluindo Sophie Aujean (ILGA Europa), Suki Beavers (PNUD), Eliza Byard (GLSEN, Estados Unidos), Esther Corona (Associação Mexicana de Educação em Sexualidade e Associação Mundial de Saúde Sexual), Júlio Cezar Dantas (*Todo Mejora*, Chile), Peter Dankmeijer (GALE, Países Baixos), Daouda Diouf (ENDA, Senegal), Peter Gross (UNICEF), Tiffany Jones (University of New England, Austrália), Changu Mannathoko (UNICEF), Remmy Shawa (Sonke Gender Justice Network, África do Sul) e colegas da *Education International*.

O desenvolvimento do relatório principal e deste relatório conciso foi coordenado por uma equipe liderada por Christophe Cornu, especialista de programa sênior, sob a supervisão de Christopher Castle, chefe da Seção de Saúde e Educação, e com a orientação geral de Soo Hyang Choi, diretora da Divisão de Inclusão, Paz e Desenvolvimento Sustentável da UNESCO. A equipe da UNESCO que ofereceu grande apoio ao projeto incluiu Mary Guinn Delaney, Cara Delmas, Joanna Herat, Yongfeng Liu, Justine Sass e Tigran Yepoyan. A UNESCO também gostaria de agradecer a Bruno Selun e Jasna Magic (*Kumquat Consult*), que redigiram o texto original dos relatórios.

SIGLAS

ENDA	<i>Environment and Development Action in the Third World</i> (Ações Ambientais e de Desenvolvimento no Terceiro Mundo)
GALA	<i>Gay and Lesbian Memory in Action</i> (Associação de Gays e Lésbicas em Ação – África do Sul)
GLSEN	<i>Gay, Lesbian and Straight Education Network</i> (Rede de Educação Gay, Lésbica e Heterossexual – Estados Unidos)
HSH	Homens que fazem sexo com outros homens
IGLYO	<i>International Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer Youth and Straight Organisation</i> (Organização Internacional de Estudantes e Jovens Lésbicas, Gays e Bissexuais e <i>Queer</i>)
ILGA	<i>International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association</i> (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo)
LGB	Lésbicas, gays e bissexuais
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros
LGBTI	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

RESUMO EXECUTIVO

A violência em escolas e em outros setores da educação é um problema mundial. Alunos que não se encaixam nas normas consideradas comuns de sexo e gênero, incluindo aqueles que são lésbicas, gays, bissexuais ou transgênero (LGBT), são mais vulneráveis. Violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero, também conhecida como violência homofóbica e transfóbica, é uma forma de violência baseada em gênero relacionada à escola. Ela inclui violência física, sexual e psicológica, além do *bullying* e outras formas de violência relacionadas à escola, e pode ocorrer em salas de aula, parques e áreas de lazer, banheiros, vestiários, no caminho de ida ou volta da escola e também *online*. Este relatório resume os resultados de um estudo global, encomendado pela UNESCO, acerca da violência homofóbica e transfóbica nas escolas e das respostas do setor de educação a essa questão.

A EXTENSÃO DO PROBLEMA

Parte significativa de alunos LGBT vivencia a violência homofóbica e transfóbica na escola. Isso é constantemente verificado por informações da África, da Ásia, da Europa, da América Latina e Caribe, da América do Norte e do Pacífico, com proporção de pessoas afetadas variando de 16%, no Nepal, a 85%, nos Estados Unidos. Estudantes LGBT também são mais propensos a experimentar tal violência na escola do que em casa ou na comunidade em que vivem.

Estudantes LGBT relatam maior prevalência de violência na escola do que seus colegas não LGBT. Na Nova Zelândia, por exemplo, estudantes lésbicas, gays e bissexuais eram três vezes mais propensos a sofrer *bullying* do que seus pares heterossexuais; na Noruega, entre 15% e 48% dos estudantes lésbicas, gays e bissexuais relataram sofrer *bullying* em comparação com 7% dos alunos heterossexuais.

Estudantes que não são LGBT e que não se encaixam nas normas de gênero também são alvos. Na Tailândia, por exemplo, 24% dos estudantes heterossexuais sofreram violência porque sua expressão de gênero foi percebida como fora do padrão; no Canadá, 33% dos estudantes do sexo masculino foram vítimas de violência verbal relacionada a sua orientação sexual real ou percebida, incluindo aqueles que não se identificam como homossexuais ou bissexuais.

Violência relacionada à escola e violência homofóbica e transfóbica afetam a aprendizagem dos alunos, as perspectivas de emprego e o bem-estar. Os alunos que são alvo de *bullying* são mais propensos a se sentir inseguros na escola, perder ou desistir das aulas. Por exemplo, nos Estados Unidos, 70% dos estudantes LGBT se sentiram inseguros na escola; na Tailândia, 31% dos estudantes que foram alvos de chacotas ou *bullying* por serem (ou serem percebidos como) LGBT relataram ausências da escola no mês anterior à pesquisa; e, na Argentina, 45% dos estudantes transexuais abandonaram a escola. Como resultado, os alunos que sofrem violência homofóbica e transfóbica podem atingir piores resultados acadêmicos comparados a seus colegas. Alunos LGBT relataram menores conquistas acadêmicas na Austrália, na China,

na Dinamarca, em El Salvador, na Itália e na Polônia. A violência homofóbica e transfóbica também tem efeitos adversos sobre a saúde mental, incluindo o aumento do risco de ansiedade, medo, estresse, solidão, perda de confiança, baixa autoestima, automutilação, depressão e suicídio – que também afetam negativamente a aprendizagem.

A RESPOSTA DO SETOR DE EDUCAÇÃO

O setor de educação tem a responsabilidade de proporcionar ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos para todos os alunos. Trabalhar a violência homofóbica e transfóbica nas escolas é fundamental para uma aprendizagem eficaz, para cumprir os compromissos de direitos humanos – incluindo o direito à educação e os direitos da criança – e para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular ODS4 – garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Respostas eficazes do setor de educação à violência homofóbica e transfóbica requerem uma abordagem abrangente. Tal abordagem inclui todos os seguintes elementos: políticas eficazes, currículos e materiais de formação relevantes, formação e apoio para todas as pessoas envolvidas com a instituição escolar, apoio a estudantes e suas famílias, informações e parcerias estratégicas, bem como monitoramento e avaliação. Também deve incluir a prevenção e a resposta à violência, além de envolver todas as partes interessadas, para ser implementada nos âmbitos nacional e subnacional.

Poucos países têm todos os elementos de uma resposta detalhada do setor da educação no lugar certo. São bem poucos os países que têm políticas do setor de educação que abordem a violência homofóbica e transfóbica ou incluem a orientação sexual e a identidade/expressão de gênero em currículos ou materiais didáticos. Na maioria dos países, os funcionários das instituições escolares carecem de treinamento e apoio para lidar com a orientação sexual e a identidade/expressão de gênero, assim como para prevenir e responder à violência homofóbica e transfóbica. Embora muitos países ofereçam suporte para os alunos que sofrem violência, os serviços são muitas vezes mal preparados para lidar com a violência homofóbica e transfóbica. Parcerias com organizações da sociedade civil com experiência em prevenção e resposta à violência homofóbica e transfóbica podem contribuir para respostas mais eficazes. Poucos países recolhem dados sobre a natureza, a prevalência e o impacto da violência homofóbica e transfóbica, o que contribui para a baixa consciência do problema e para a falta de provas para o planejamento de respostas eficazes. Apenas três países realizaram avaliações em larga escala de programas para prevenir e combater a violência homofóbica e transfóbica nas escolas.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

O estudo global recomenda que o setor de educação adote as seguintes ações para apoiar respostas eficazes à violência homofóbica e transfóbica relacionada à escola:

1. monitorar sistematicamente a prevalência da violência em contextos educacionais, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero;
2. estabelecer políticas nacionais e escolares abrangentes para prevenir e abordar a violência em ambientes educacionais, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero;
3. certificar-se de que os currículos e os materiais didáticos são inclusivos;
4. oferecer treinamento e apoio a professores e funcionários da educação e também das escolas para prevenir e abordar a violência em ambientes educacionais, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero;

5. garantir que ambientes escolares seguros sejam inclusivos e ofereçam suporte para os estudantes afetados pela violência, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero, bem como ofereçam apoio a suas famílias;
6. proporcionar acesso a informações não preconceituosas e precisas sobre orientação sexual e identidade/expressão de gênero por meio de campanhas de informação e parcerias com a sociedade civil e a comunidade escolar; e
7. avaliar a eficiência e o impacto das respostas do setor de educação à violência, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero.

1.

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Escolas e outros ambientes educacionais¹ deveriam ser locais seguros para que crianças e os jovens possam aprender e se desenvolver livres de ameaças e violência. Contudo, a informação disponível indica que a violência nesses ambientes é um problema mundial. Por exemplo, dados coletados em 106 países por meio da Pesquisa Global de Saúde Estudantil baseada na Escola (*Global School-based Student Health Survey*) e da pesquisa transnacional de Comportamento de Saúde em Crianças em Idade Escolar (*Health Behaviour in School-Aged Children*) mostram que entre 7% e 74% dos estudantes com idades entre 13 e 15 anos passaram, recentemente, por experiências de *bullying* dentro e no entorno da escola (UNICEF, 2014, p. 120-121). Algumas crianças e jovens são mais vulneráveis à violência na escola do que outros. O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Violência contra as Crianças (*The United Nations World Report on Violence against Children*), em 2006, constatou que a violência afeta particularmente os estudantes que não se encaixam nas normas sexuais e de gênero ou que são percebidos como destoantes dessas normas (PINHEIRO, 2006).

Como parte de seu trabalho em prevenir e trabalhar a violência em escolas, a UNESCO encomendou uma avaliação global sobre a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero em escolas e em outros sistemas educacionais, bem como sobre a resposta do setor de educação a essa questão.

Este relatório tem como objetivo apresentar a primeira síntese global de dados sobre a violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero em ambientes educacionais e também as respostas existentes no setor de educação em todas as regiões do mundo, incluindo as deficiências dessas respostas. Destina-se a ser uma ferramenta para *advocacy* baseada em evidências e uma orientação para que formuladores e gestores de políticas de educação elaborem seus programas, incluindo ministérios da Educação e outras autoridades educacionais, grupos interessados na educação em geral e todos aqueles preocupados com o bem-estar e a proteção de crianças e jovens.

Como este relatório foi desenvolvido?

Este relatório contou com a contribuição de uma extensa revisão da literatura, com foco nos dados científicos disponíveis; entrevistas com 53 informantes-chave; um instrumento de coleta de dados projetado para esta revisão e preenchido por informantes-chave de 12 países; duas consultas regionais nas regiões da Ásia e Pacífico e da América Latina e Caribe; e um estudo em cinco países da África Austral. Informações sobre a violência escolar – incluindo a violência baseada no gênero e, especialmente, a violência homofóbica e transfóbica – foram coletadas em 94 países e territórios e analisadas neste estudo.

1 Neste relatório a palavra "escolas" é muitas vezes usada para se referir a todos os ambientes educacionais.



“Frequentemente, as pessoas me dizem que não tenho o direito de viver”.

Nikita, 18, homem trans, Federação Russa

No entanto, a pesquisa para este relatório tinha algumas limitações. Ela faz referência apenas a recursos disponíveis em inglês, francês e espanhol e não teve acesso diretamente aos recursos em outras línguas (para isso, contou-se com a assistência voluntária). Isso se mostrou particularmente problemático quando se tratou de acessar informações sobre dados importantes nos países nórdicos. A revisão também só pôde incluir estudos que estavam publicamente disponíveis ou que foram disponibilizados pelos voluntários. Aqueles disponíveis apenas em versão impressa ou por meio de acesso pago não foram considerados. Por fim, a pesquisa analisou estudos com desenhos, tamanhos de amostra e metodologias muito variadas. Dessa forma, os dados apresentados no texto não são, muitas vezes, diretamente comparáveis entre si.

Como este relatório está estruturado?

Este relatório resume as principais informações da revisão global, e está organizado da seguinte forma:

- a Seção 1 apresenta a definição de violência homofóbica e transfóbica e também descreve seu impacto;
- a Seção 2 apresenta uma visão geral da prevalência da violência homofóbica e transfóbica em todo o mundo;
- a Seção 3 discute a resposta à violência homofóbica e transfóbica ao descrever os princípios e os elementos de uma resposta abrangente do setor de educação e da medida em que os países têm implementado esses elementos; e
- a Seção 4 inclui recomendações e ações relacionadas ao fortalecimento da resposta à violência homofóbica e transfóbica nas escolas e em outros ambientes educacionais.

1.1 O que é a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero em ambientes educacionais?

Violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero em ambientes educacionais tem como alvo estudantes² que são (ou que são percebidos como) LGBT e outros cuja expressão de gênero não se encaixa nas normas binárias de gênero (masculino e feminino), como meninos percebidos como “afeminados” e meninas percebidas como “masculinas”.

² O relatório utiliza a palavra estudantes para se referir a todos os aprendizes em contextos educacionais. No entanto, onde a pesquisa foi conduzida somente para membros selecionados deste grupo – como “crianças” ou “jovens” – isto é indicado.

Os estudantes que são identificados como pessoas intersexo (I) podem também ser objeto de violência, embora não haja atualmente suficientes dados científicos disponíveis sobre isso.

- Em 2008, um estudo com estudantes do 9º ano ao 11º ano no **Canadá** descobriu que 33% dos estudantes do sexo masculino tinham sofrido assédio verbal relacionado a sua orientação sexual e sua identidade de gênero, real ou percebida, **incluindo aqueles que não se identificam como homossexuais ou bissexuais** (WOLFE; CHIODO, 2008).
- Um estudo de 2014, na **Tailândia**, descobriu que 24% dos **estudantes heterossexuais** sofreram violência porque sua expressão de gênero foi percebida como fora das normas padrões de gênero (UNESCO, 2015).

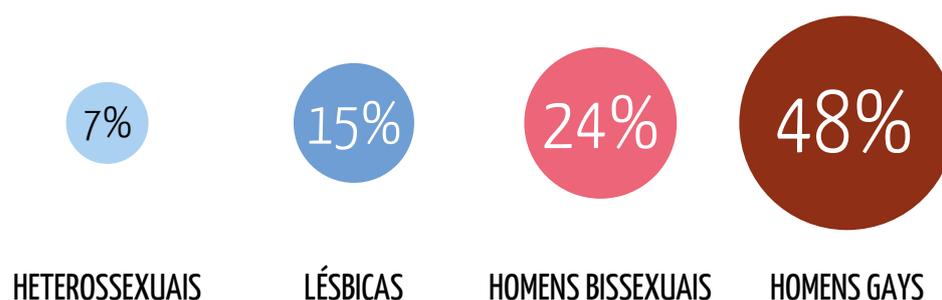
Estudantes LGBT relatam, de forma consistente, maior prevalência de violência em relação a seus colegas não LGBT. Aqueles **que não se encaixam nas normas “masculinas”** – ou seja, estudantes homens que são gays ou bissexuais e estudantes transgênero que mudaram para o sexo feminino – **aparentam ser alvo de violência mais frequentemente** (ver Figura 1).

- Em 2014, um estudo da **Nova Zelândia** mostrou que estudantes lésbicas, gays e bissexuais têm três vezes mais probabilidade de ser intimidados do que seus colegas heterossexuais, e os estudantes transexuais são cinco vezes mais propensos a ser intimidados do que os estudantes não transexuais (LUCASSEN; CLARK; MOSELEN, 2014).
- Dados recolhidos na **Noruega**, em 2015, constataram que entre 15% e 48% dos estudantes lésbicas, gays e bissexuais relataram ter sido intimidados, em comparação com 7% dos estudantes heterossexuais. O fator “orientação sexual” foi muito relevante para que os estudantes tenham sofrido *bullying*: 15% das estudantes lésbicas, 24% dos estudantes do sexo masculino bissexuais e 48% dos estudantes do sexo masculino gays, respectivamente, relataram terem sido intimidados (ROLAND, 2009).
- Em 2013, uma pesquisa na **Bélgica** revelou que 56% dos jovens LGBT entrevistados haviam relatado pelo menos uma experiência de violência homofóbica ou transfóbica ou discriminação na escola, com estudantes que mudaram do sexo masculino para o feminino e gays enfrentando os mais altos níveis de violência (CAVARIA, 2013).

Neste relatório, a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero é muitas vezes referida como violência homofóbica e transfóbica, uma vez que se baseia em medo, desconforto, intolerância ou ódio da homossexualidade e de pessoas sexualmente diversas – lésbicas, gays e bissexuais – (homofobia) e transgêneros (transfobia).

Violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais é uma forma de violência baseada em gênero relacionada à escola, uma vez que é claramente praticada como resultado das normas de gênero existentes e dos estereótipos (ver Figura 2).

FIGURA 1 **PREDOMÍNIO DO BULLYING**
RELATADO POR ESTUDANTES DE DIFERENTES ORIENTAÇÕES SEXUAIS



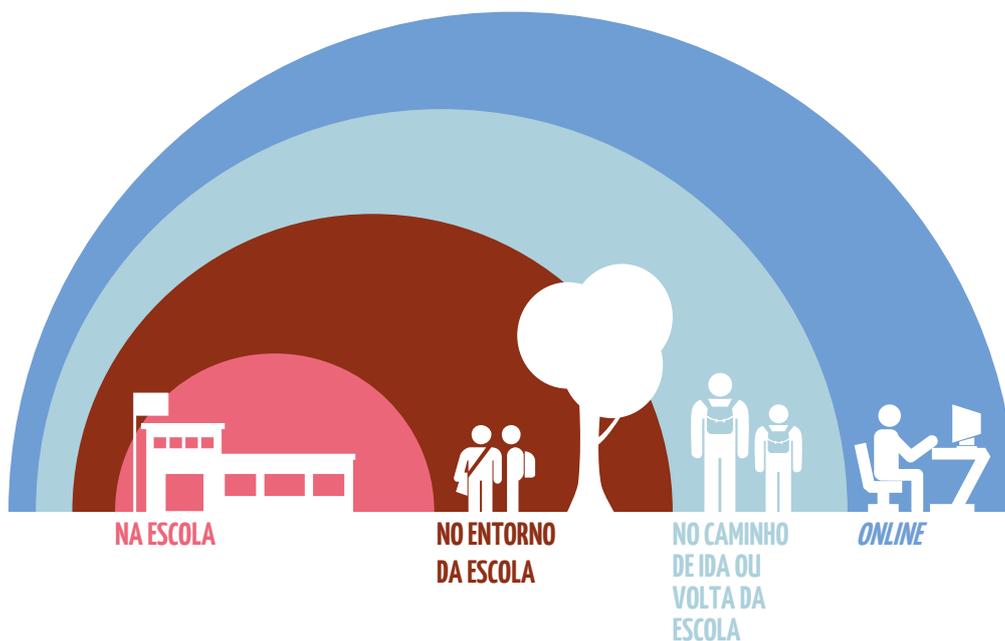
Fonte: ROLAND; AUESTAD, 2009.

FIGURA 2 **VIOLÊNCIA EM SISTEMAS EDUCACIONAIS:**
A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA É UMA FORMA DE VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO



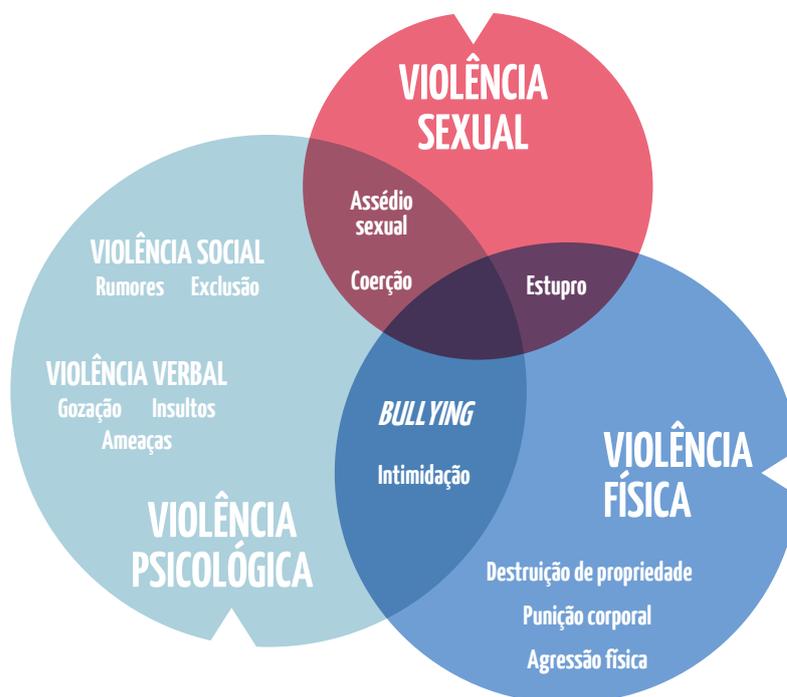
Como outras formas de violência relacionadas à escola, a violência homofóbica e transfóbica na escola pode ocorrer em salas de aula, parques e áreas de lazer, banheiros e vestiários, no entorno das escolas, no caminho para a escola e *online* (ver Figura 3).

FIGURA 3 **NÃO SOMENTE DENTRO DAS ESCOLAS:** VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA EM SETORES DE EDUCAÇÃO ACONTECE EM MAIS DE UM LUGAR



Violência homofóbica e transfóbica relacionada à escola engloba (ver Figura 4):

- violência física;
- violência psicológica, incluindo abuso verbal e emocional;
- violência sexual, incluindo estupro, coerção e assédio; e
- *bullying*, incluindo *bullying* em meio cibernético.



A maioria dos dados disponíveis sobre a violência homofóbica e transfóbica tem como foco o *bullying*. O *bullying* homofóbico e transfóbico envolve agressão física (incluindo agressões que ocorrem repetidamente, chutes, ou mesmo tomar – e ameaçar tomar – posses e pertences); e intimidação psicológica incluindo agressão verbal (gozação repetida, insultos e provocações indesejadas) e intimidação social ou relacional (exclusão repetida, fofoca, propagação de rumores e rompimento de amizade).

O *bullying* cibernético é um tipo de intimidação psicológica. Ele inclui repetidas ameaças, críticas, comentários ou imagens maldosas enviados por meio das tecnologias da informação e comunicação (TIC), como telefones celulares, *e-mails* e mídias sociais, incluindo salas de *chat* e *sites* de redes.

Embora os dados disponíveis concentrem-se principalmente no *bullying*, os alunos LGBTI podem ser alvos de outras formas de violência, incluindo a violência sexual.

Além desses atos explícitos de violência, o setor de educação como um todo pode produzir, ainda, violência homofóbica e transfóbica “implícita”, também conhecida como “simbólica” ou violência “institucional”, que consiste em políticas de educação e diretrizes que, voluntária ou involuntariamente, reforçam ou incorporam os estereótipos negativos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero, incluindo-a nos currículos e nos materiais didáticos. Isso pode resultar na exclusão de estudantes LGBTI, por exemplo, por meio de políticas de nível escolar que negam aos estudantes o direito de expressar sua identidade de gênero escolhida, e por meio de medidas como uniformes específicos de gênero e regulamentos para cabelos.

Violência homofóbica e transfóbica implícita no setor de educação se torna combustível para outros tipos de violência praticados contra estudantes LGBTI por seus colegas ou por pessoas do corpo docente e não docente, incluindo a perseguição, uma vez que a homofobia e transfobia são percebidas institucionalmente como “normais” e são legitimadas pelo sistema educacional.

A violência homofóbica e transfóbica também pode ter como alvo pessoas do corpo docente e não docente que sejam lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexo (LGBTI). No entanto, este relatório incide apenas sobre os estudantes afetados por essa violência.

1.2 Qual é o impacto da violência homofóbica e transfóbica nas escolas?

A violência homofóbica e transfóbica tem um impacto significativo sobre as perspectivas de educação e de emprego dos estudantes e também em sua saúde e seu bem-estar. Ela afeta os estudantes que são alvos de violência, bem como os estudantes que são autores e espectadores dessa violência.

1.2.1 Impacto na educação e nos empregos

A violência homofóbica e transfóbica, dentro e nos arredores da escola, afeta negativamente o acesso à educação e o desempenho acadêmico.

ALUNOS LGBT QUE ESTUDAM EM AMBIENTES INSEGUROS E SÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

têm maior probabilidade de:

- **SE SENTIR INSEGUROS NA ESCOLA.** Em 2015, um estudo nos **Estados Unidos** descobriu que 70% dos alunos LGBT se sentiam inseguros na escola (PARK; HALAWI, 2015).
- **EVITAR ATIVIDADES ESCOLARES.** Em uma pesquisa realizada em 2013 na **Europa**, incluindo Croácia, Dinamarca, Irlanda, Itália e Polônia, 49% dos jovens LGBT disseram que às vezes escolhem não participar de questionamentos ou discussões em sala (FORMBY, 2013).
- **PERDER AULAS OU FALTAR O DIA LETIVO INTEIRO.** Outro estudo realizado em 2013 nos **Estados Unidos** revelou que 30% dos estudantes LGBT tinham perdido pelo menos um dia de escola no mês anterior por causa da sensação de falta de segurança (KOSCIW et al., 2014). Um estudo feito em 2014 pela Universidade de Mahidol, na **Tailândia**, constatou que 31,2% dos estudantes que foram alvo de chacotas ou intimidados por serem (ou serem percebidos como) LGBT, relataram uma ausência não autorizada da escola no mês anterior à pesquisa; em comparação com 15,2% dos estudantes que não foram alvo de chacotas ou intimidados (UNICEF, 2015).
- **ABANDONAR A ESCOLA.** Na **Argentina**, um estudo de 2007 mostrou que 45% dos estudantes transexuais abandonaram a escola tanto em função do *bullying* transfóbico cometido por seus colegas quanto por serem excluídos pelas autoridades escolares (UNESCO, 2012).
- **ATINGIR PIORES RESULTADOS ACADÊMICOS EM COMPARAÇÃO COM OS COLEGAS.** Em uma pesquisa *online* realizada na **China** em 2012, 59% dos LGBT questionados relataram que o assédio moral tem afetado negativamente seu desempenho acadêmico (UNESCO, 2015b). Em uma grande pesquisa desenvolvida entre 2009 e 2014 na **Inglaterra**, 37% dos jovens LGBT com idades entre 16 e 25 anos disseram que seu tempo na escola foi afetado pela discriminação ou por medo de discriminação; situação que os levou a notas mais baixas (PNUD, 2013). Em **El Salvador**, apenas 36% das 100 mulheres transexuais entrevistadas para um estudo realizado entre 2012 e 2013 obtiveram seu certificado de ensino secundário, como resultado da violência e da exclusão (SMITH, 2008). Dados recolhidos na **Austrália** em 2013 demonstraram alta relação entre a vitimização e a falta de concentração nas aulas, notas mais baixas e a presença de jovens transexuais nas aulas (SMITH, 2008; JONES; HILLIER, 2013). Segundo uma pesquisa realizada na **Europa** em 2013 (FORMBY, 2013), 50% dos entrevistados relataram ter dificuldades de concentração, 37% relataram obter notas inferiores e 40% sentiram que não adquiriram habilidades na escola da maneira como deveriam ter adquirido.



“Eu não fui aceito e fui discriminado por causa da minha orientação sexual... E eu sofri *bullying*. Eu saí da escola neste ano. Eu estava no 8º ano. Eu falei para minha mãe que só queria sair da escola”.

Estudante, Namíbia (UNESCO, 2015d)

Os alunos que têm baixo desempenho acadêmico ou abandonam a escola têm menos qualificações e isso afeta suas perspectivas de emprego. Uma análise da experiência da homofobia e transfobia, realizada em 2014 em países com economias emergentes, descobriu que pode haver uma correlação entre essa experiência e oportunidades de emprego inferiores ou limitadas (BADGET et al., 2014).

A violência homofóbica e transfóbica na escola também cria um clima de medo, ansiedade e insegurança. Isso tem impacto negativo sobre a aprendizagem de todos os alunos, sabota a confiança dos alunos no quadro de profissionais e na instituição e pode resultar em alunos que não gostam ou se sentem desconectados da escola (KOSCIW et al., 2014; THE UNITED STATES, 2011, p. 104; UNICEF, 2012). Em uma pesquisa realizada em 2009 no **Canadá** (TAYLOR; PETER, 2011), 58% dos estudantes heterossexuais expressam sofrimento emocional sobre os comentários homofóbicos que ouviram na escola.



“Sabemos que a exclusão, o *bullying* e a violência têm efeitos imediatos, de longo prazo e intergeracionais. Isso inclui a frequência escolar, o desempenho e a conclusão dos níveis escolares [...] E para aqueles que pensam que o *bullying* com base na orientação sexual e identidade de gênero afeta somente os jovens LGBTI, isso está errado. Essa atitude afeta todo o clima da escola e da comunidade”.

Gwang-Jo Kim, diretor do Escritório Regional de Educação para Ásia e Pacífico, da UNESCO
Consulta Ásia-Pacífico, 15 de junho de 2015, Bangkok

1.2.2 Impacto na saúde e no bem-estar

A violência homofóbica e transfóbica também está associada a uma piora da média da saúde física e mental. Os efeitos adversos sobre a saúde mental e psicológica dos jovens incluem: **aumento do risco de ansiedade, medo, estresse, perda de confiança, baixa autoestima, solidão, automutilação, depressão e suicídio.**

- Um estudo feito em 2013 na **Tailândia** (UNESCO, 2014a) descobriu que 22,6% dos estudantes LGBT que foram alvo de chacotas ou foram intimidados por serem (ou serem percebidos) como LGBT relataram se sentir deprimidos em comparação com 6% dos estudantes que não foram alvo de chacotas ou intimidados.
- Estudos da **Bélgica** (SCHOONACKER; DUMON, 2009), dos **Países Baixos** (KUYPER, 2015), da **Polônia** (MAKUCHOWSKA; PAWLEGA, 2012) e dos **Estados Unidos** (BOSTWICK et al., 2014; COMMITTEE ON LGBT HEALTH ISSUES AND RESEARCH GAPS AND OPPORTUNITIES, 2011), sugerem que alunos e jovens LGBT são entre duas e mais de cinco vezes mais propensos a pensar ou tentar suicídio do que seus colegas heterossexuais. O já mencionado estudo de 2013 da **Tailândia** mostrou que 6,7% dos estudantes LGBT que foram alvo de chacotas ou intimidados por serem (ou serem percebidos como) LGBT, relataram tentativa de suicídio no ano anterior à pesquisa em comparação com 1,2% dos estudantes que não foram alvo de chacotas ou intimidados (CAVARIA, 2013). No **México**, a

primeira Pesquisa Nacional sobre *Bullying* Homofóbico, realizada em 2012, revelou que uma em cada quatro pessoas LGBT tinha pensado em suicídio como resultado do *bullying* que sofreu na escola (YOUTH COALITION, COJESS MÉXICO, AND ENEACHE, 2012).



“Um de meus ex-colegas criou uma série de boatos. [...] todos os dias meus pensamentos foram apenas sobre a forma de me matar. Uma vez eu tentei pular de um prédio para cometer suicídio, mas fui interrompida por outros. Fiquei muito deprimida e comecei a cortar meus dedos com uma faca. Eu senti que o mundo inteiro se voltou contra mim e ninguém estava disposto a me ajudar”.

Jovem lésbica, China [UNITED NATIONS FOR LGBT EQUALITY, s.d., p. 39]

Estudos dos **Estados Unidos** descobriram que a violência homofóbica e transfóbica é um elemento que **umenta a probabilidade de jovens LGBT se tornarem moradores de rua ou acabarem em orfanatos** em comparação com seus colegas não LGBT (PARK; HALAWI, 2012; CHOI et al., 2015).

Há também algumas evidências de que jovens que sofrem violência homofóbica e transfóbica na escola podem ser **mais propensos a adotar comportamentos de risco à saúde** (KUYPER, 2015; CDC, 2011). A violência sexual pode resultar em gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV (COMMITTEE ON LGBT HEALTH ISSUES AND RESEARCH GAPS AND OPPORTUNITIES, 2011; CONCERN WORLDWIDE, 2010; BLOOM et al., 2014). Além disso, a violência homofóbica e transfóbica pode ter impactos sociais mais amplos para aqueles que são alvos dela (PARK; HALAWI, 2015; CHOI et al., 2015).



“Meu professor falou aos meus pais que eu era problemático por ele suspeitar que eu era gay”.

Antonio, 19, gay, México

2.

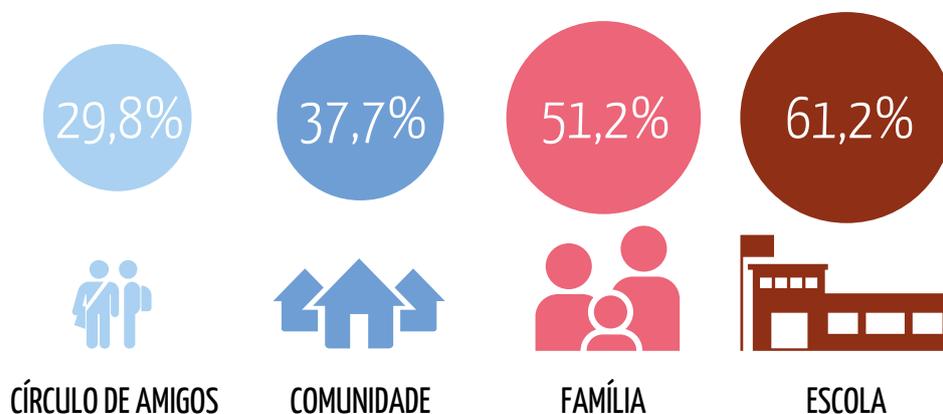
A SITUAÇÃO DA
VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA
E TRANSFÓBICA NOS
SISTEMAS DE ENSINO

2. A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA NOS SISTEMAS DE ENSINO

Faltam dados abrangentes e comparáveis sobre a prevalência da violência homofóbica e transfóbica nas escolas. A disponibilidade de dados de cada país varia entre regiões, mas poucos governos coletam rotineiramente dados sobre a natureza e a prevalência da violência, incluindo o *bullying* em ambientes educacionais. Apenas alguns países recolhem dados específicos sobre a violência homofóbica e transfóbica. Não há pesquisas internacionais que investiguem dados entre os países, sendo a Europa a única região a ter realizado um levantamento regional. A maioria dos dados disponíveis foram coletados por institutos de pesquisa e ONGs.

No entanto, todos os dados analisados para este relatório mostram, consistentemente, que uma alta proporção de estudantes é afetada pela violência homofóbica e transfóbica na escola, e que os estudantes LGBT estão mais propensos a experimentar esse tipo de violência na escola do que em casa ou na comunidade (UNESCO, 2015a; FRA, 2014) (ver Figura 5). Em geral, a violência psicológica, incluindo a exclusão social e o *bullying* verbal, é a mais relatada pelos alunos LGBT, variando de 16%, no Nepal, a 85%, nos Estados Unidos (KOSCIW, 2014; UNDP; THE WILLIAMS INSTITUTE, 2014).

FIGURA 5 PORCENTAGEM DE ALUNOS LGBT QUE RELATARAM JÁ TER VIVENCIADO ALGUMA VEZ PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO EM DIFERENTES SISTEMAS



Fonte: TAKÁCS, 2006.

A ausência de dados para um país não indica que essa violência não ocorre. Pelo contrário, ele pode sugerir que os esforços políticos não tiveram espaço nesses temas e os dados não foram coletados.

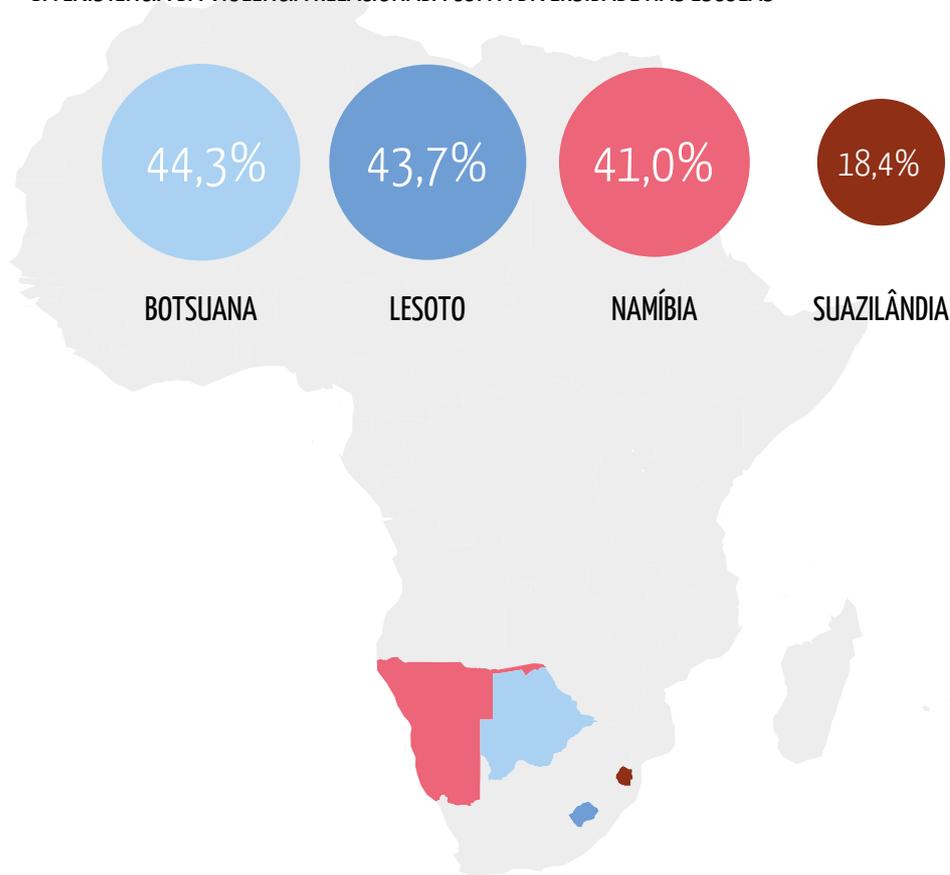
A seguir, são apresentados alguns exemplos de dados por região.

2.1 África

Um estudo sobre violência nas escolas, incluindo a violência baseada no gênero e o *bullying*, em vários países foi realizado em 2014-2015 na África Austral (UNESCO, 2015c). Foi o primeiro grande estudo na região para explorar aspectos da violência com base no gênero, que tem como alvo alunos que não estejam em conformidade com as normas de gênero existentes. Todas as partes interessadas envolvidas no estudo concordaram em usar termos culturalmente sensíveis, como “violência relacionada à diversidade” (em vez de violência homofóbica e transfóbica), e alunos que são “percebidos como diferentes em termos de seu sexo, como os meninos que parecem ou agem como meninas e meninas que parecem ou agem como meninos”. A pesquisa contou com dados primários coletados de professores e alunos do 11º ano (ensino secundário) em **Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia**:

- A violência relacionada à diversidade foi relatada pelos entrevistados nos quatro países: 18,4% na Suazilândia; 41% na Namíbia; 43,7% em Lesoto; e 44,3% em Botsuana (ver figura 6).

FIGURA 6 PORCENTAGEM DE ALUNOS E PROFESSORES CONSCIENTES DA EXISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA RELACIONADA COM A DIVERSIDADE NAS ESCOLAS



- Em resposta à pergunta “Por que a violência ocorre?”, “Porque algumas pessoas são percebidas como diferentes em termos de seu sexo” foi a primeira razão dada pelos entrevistados em Lesoto e na Suazilândia, e a segunda na Namíbia.
- Apenas um terço dos entrevistados relataram que sua escola era um lugar seguro para os estudantes que são percebidos como diferentes em termos de seu gênero.

Na **África do Sul**, um estudo realizado em KwaZulu Natal, em 2011, revelou que estudantes gays e lésbicas experimentam altos níveis de violência verbal, física e sexual nas escolas. Piadas eram a manifestação mais comum de violência verbal relatada por mulheres lésbicas/bissexuais (63%) e homens gays/bissexuais (76%) (GLN, 2011).

2.2 Ásia

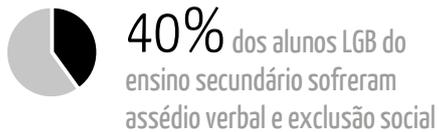
Os dados sobre violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais foram recolhidos por ONGs e instituições acadêmicas, em grande parte graças a estudos baseados na comunidade, às vezes em parceria com organizações multilaterais (incluindo a UNESCO).

Dados do **Japão** (2014) (INOCHI RESUPEKUTO HOWAITO RIBON KYANPEN, 2014) e da **Tailândia** (2013) (UNESCO, 2014a) indicam que existem elevados níveis de violência homofóbica e transfóbica nas escolas: 68% e 55%, respectivamente.

Em toda a região da Ásia, a forma mais comum de violência homofóbica e transfóbica relatada é a violência psicológica, incluindo a perseguição psicológica, que muitas vezes se manifesta por meio de *bullying* cibernético (UNESCO, 2015b). Violência física e sexual também é relatada. Por exemplo, 10% dos estudantes lésbicas, gays e bissexuais que responderam ao questionário em Hong Kong (em pesquisa de 2009) tinham experienciado essas formas de violência (COLLET, 2010).

FIGURA 7 PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA NA ÁSIA

HONG KONG [COLLET, 2010]



JAPÃO [INOCHI RESUPEKUTO HOWAITO RIBON KYANPEN, 2014]



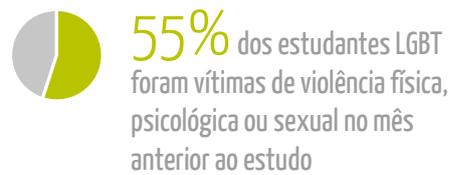
MONGÓLIA [NHRC, 2013]



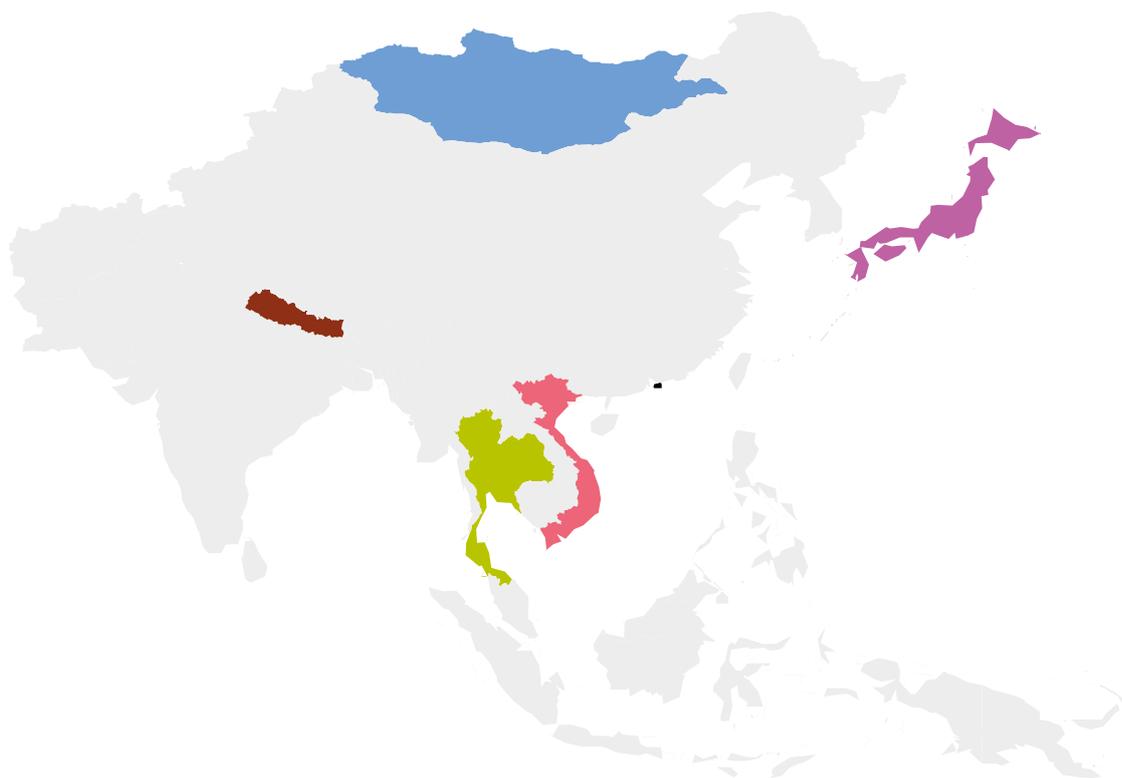
NEPAL [UNDP; THE WILLIAMS INSTITUTE, 2014]



TAILÂNDIA [UNESCO, 2015a]



VIETNAM [UNESCO, 2015B]



2.3 Europa

Em muitos países da região europeia, as ONGs – juntamente com universidades e institutos de pesquisa – têm recolhido dados sobre a violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais há vários anos. A investigação na Europa Central e Oriental muitas vezes não é levada a sério e tende a permanecer desconhecida pelo setor de educação.

De acordo com a maior pesquisa na região, realizada em 2013, com 93.000 pessoas LGBT em 28 países europeus, 68% dos entrevistados vivenciaram comentários ou conduta homofóbica e transfóbica enquanto estavam na escola (FRA, 2014).

Estudos realizados de maneira individual em alguns países relatam que os estudantes LGBT são alvos de algum tipo de violência homofóbica e transfóbica, variando de 23%, nos **Países Baixos**, a 67%, na **Turquia**. Na região europeia, a forma mais comum de violência homofóbica e transfóbica relatada é a violência psicológica (ver Figura 8).



“Sou constantemente atacado, tenho medo de caminhar ao redor da escola, eu nem sequer vou para a loja da escola sozinho, porque tenho medo de encontrar aqueles que me intimidam. Na escola estudantes de uma outra classe constantemente me abordam com algum comentário, eles até fizeram uma rima sobre mim”.

Estudante masculino, 15 anos, Polônia (MAKUCHOWSKA; PAWLEGA, 2012, p. 42)

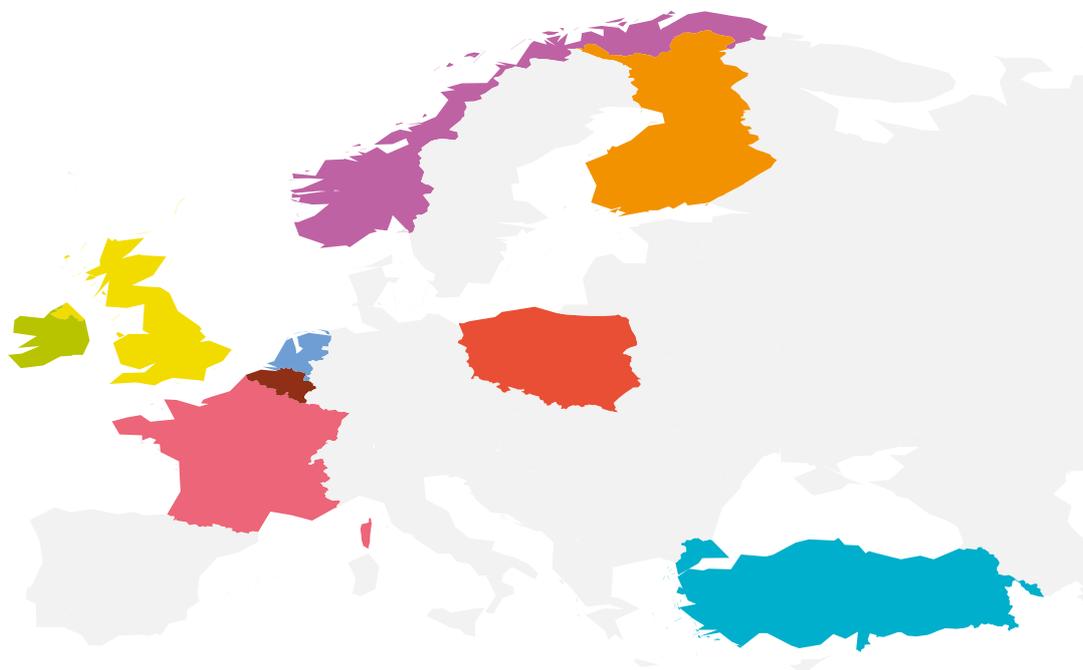


FIGURA 8 PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA NA EUROPA

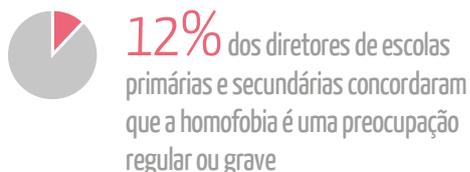
BÉLGICA [CAVARIA, 2013]



FINLÂNDIA [SETA, 2011]



FRANÇA [TEYCHENNÉ, 2013]



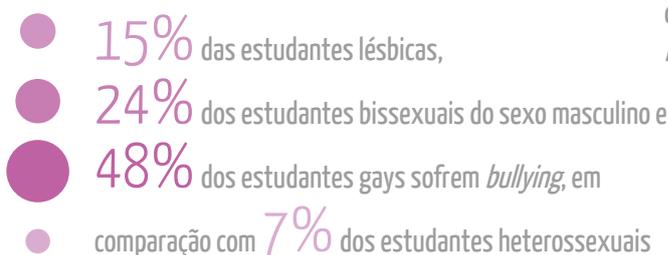
IRLANDA [MAYOCK ET AL., 2009]



PAÍSES BAIXOS [FRA, 2008]



NORUEGA [ROLAND, 2009]



POLÔNIA [MAKUCHOWSKA; PAWLEGA, 2012]



TURQUIA [YILMAZ; GÖÇMEN, 2015]



Como resultado de discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero,



REINO UNIDO [NUS, 2014; GUASP, 2012]



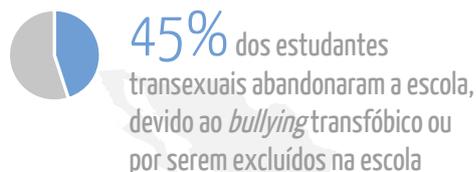
2.4 América Latina e Caribe

Na América Latina, os dados existentes sobre a violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais consistem principalmente em estudos de pequena escala, baseados em comunidades, que não oferecem conclusões confiáveis sobre os níveis desse tipo de violência. No Caribe, apenas um estudo do UNICEF realizado na Jamaica oferece dados, ainda que limitados, sobre a violência homofóbica e transfóbica em contextos educacionais (UNICEF, 2015). Um dos estudos mais confiáveis da região foi realizado em 2014, em escolas secundárias em Bogotá, na **Colômbia**. Ele revelou que 34% dos estudantes estão cientes que colegas LGBT são excluídos das atividades escolares (SENTIIDO, 2014).

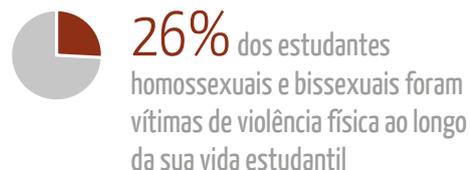
A forma mais prevalente de violência relatada na região é a violência verbal, seguida da violência física, praticada pelos colegas e pelo corpo docente em escolas públicas e privadas (PNUD, 2013; YOUTH COALITION; COJESS MÉXICO; ENEACHE, 2012; CÁCERES et al., 2011).

FIGURA 9 PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA NA AMÉRICA LATINA

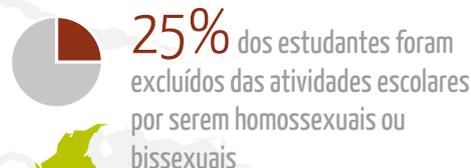
ARGENTINA [FERREYRA, 2010, p. 290]



EQUADOR [ALBA; HERRERA; FREIRE, 2013]



CHILE [UNICEF, 2011]



COLÔMBIA [SENTIIDO; 2014]



2.5 América do Norte

Existem extensas pesquisas sobre a violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais na América do Norte, e todos os dados mostram que um número considerável de estudantes LGBT se sentem inseguros em escolas (STOTZER, 2010; CANADA, 2009). Por exemplo, em uma pesquisa de 2013, nos **Estados Unidos**, 85% dos estudantes LGBT relataram assédio verbal (KOSCIW et al., 2014). No **Canadá**, 55% dos estudantes transexuais que responderam ao questionário disseram que tinham sido intimidados uma ou mais vezes durante a sua vida estudantil (VEALE et al., 2015).

A violência verbal é a manifestação mais frequente de violência homofóbica e transfóbica na região, seguida de assédio físico e *bullying*.



“Eu preciso fazer educação física, e não me sinto seguro nos vestiários”.

Estudante que se identificou como *queer* em termos de gênero, 10º ano, Estados Unidos (KOSCIW et al., 2014, p. 43)

FIGURA 10

PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA NA AMÉRICA DO NORTE

CANADÁ [CDC, 2011; EGALE CANADA; MEYER, 2011]



70% dos alunos ouviram comentários homofóbicos diariamente



55% dos alunos transexuais sofreram *bullying* pelo menos uma vez durante sua vida estudantil



33% de todos os estudantes do sexo masculino do 9º ao 11º ano foram vítimas de assédio verbal homofóbico

ESTADOS UNIDOS [KOSCIW ET AL., 2014]



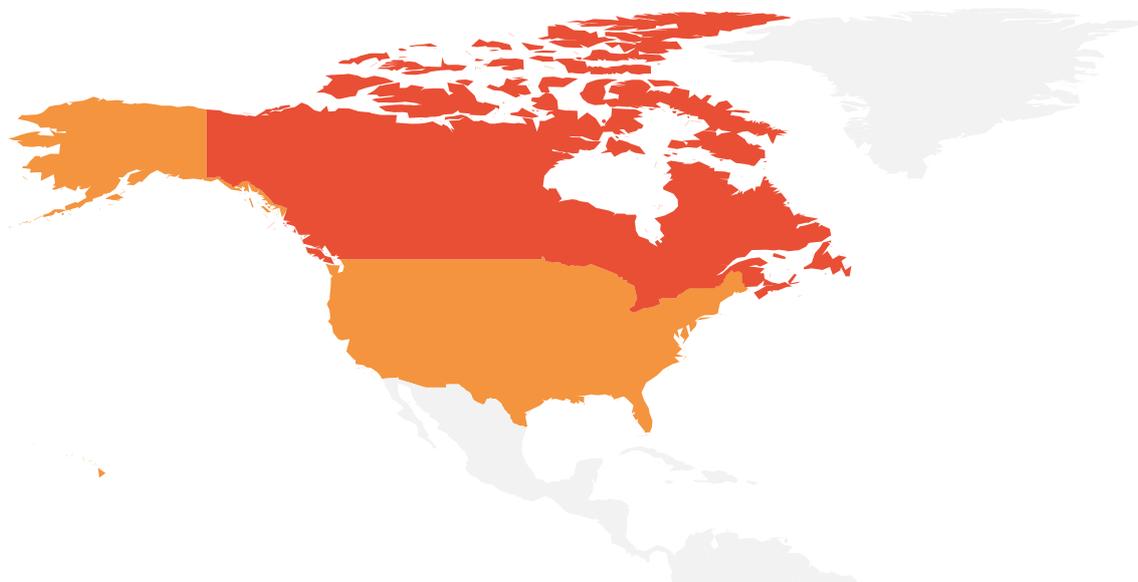
65% dos estudantes LGBT ouviram comentários homofóbicos frequentemente



85% dos estudantes LGBT foram verbalmente assediados no ano anterior ao estudo



30% dos estudantes LGBT faltaram à escola devido à falta de segurança



2.6 Região do Pacífico

Dados da **Austrália**, de uma pesquisa de 2010, revelam que uma elevada porcentagem de jovens LGBT – 61% – são alvo de violência psicológica na escola (HILLER et al., 2010). Na **Nova Zelândia**, 17% dos estudantes LGB são intimidados semanalmente, ou com frequência ainda maior (LUCASSEN; CLARK; MOSELEN, 2014).

FIGURA 11 PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA NA REGIÃO DO PACÍFICO

AUSTRÁLIA [HILLER ET AL., 2010; SYMONS ET AL., 2014] NOVA ZELÂNDIA [LUCASSEN; CLARK; MOSELEN, 2014]

 **25%** dos estudantes LGBT foram vítimas de violência física durante as aulas de educação física e

 **33%** foram ameaçados e insultados

 **61%** dos jovens LGBT sofreram violência psicológica na escola

 **18%** dos jovens LGBT foram vítimas de violência física na escola

 **17%** dos alunos LGB do ensino secundário são intimidados semanalmente ou com maior frequência

Estudantes LGB são

+++

3 vezes mais suscetíveis de sofrer *bullying* do que seus colegas heterossexuais

+++
++

Alunos transexuais são

5 vezes mais suscetíveis de sofrer *bullying* do que os estudantes não transexuais



3.

A RESPOSTA DO SETOR DE
EDUCAÇÃO

3. A RESPOSTA DO SETOR DE EDUCAÇÃO



“Uma escola que inclui todas as crianças é boa para todas as crianças. Educação intercultural e inclusiva – ou seja, de aprendizagem que promova o respeito e a compreensão de outras culturas e atenda a todas as crianças, independentemente de suas características individuais – é um elemento-chave na eliminação da discriminação e no aumento do respeito na relação entre crianças e o corpo docente e os estudantes. Em outras palavras, a diversidade pode tornar-se um recurso pedagógico que contribui para uma experiência educacional melhor e mais segura para todas as crianças, e essa experiência tem o potencial de se espalhar para além da escola e alcançar a sociedade como um todo” (UNICEF, 2012, p. 39).

3.1 Por que o setor de educação?

A violência homofóbica e transfóbica tem um impacto negativo na aprendizagem de todos os alunos, bem como na saúde e no bem-estar dos alunos que estão sujeitos à violência. Trabalhar a violência homofóbica e transfóbica nas escolas é fundamental para uma aprendizagem eficaz, uma educação inclusiva e equitativa, para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e também para cumprir os compromissos de direitos humanos.

- O setor de educação tem a responsabilidade de proporcionar ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos que permitam a todas as crianças e jovens o acesso à educação de qualidade. Escolas seguras e inclusivas para todas as crianças e jovens são essenciais para uma aprendizagem eficaz.
- Respostas eficazes do setor de educação para a violência em ambientes educacionais, incluindo a violência homofóbica e transfóbica, contribuirão para a realização do ODS4 – assegurar educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (UNITED NATIONS, 2015) – e as metas específicas do ODS4 relacionadas à educação para os direitos humanos, a igualdade de gênero, a promoção de uma cultura de paz e não violência, além da oferta de um ambiente de aprendizagem seguro, não violento, inclusivo e eficaz para todos. Por meio da prevenção e da redução dos impactos da violência sobre a saúde, as respostas do setor de educação para a violência homofóbica e transfóbica também contribuirão para a realização do ODS3 – garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.
- A violência homofóbica e transfóbica nas escolas viola o direito à educação e os direitos da criança, tal como estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino (1960), no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). A Convenção sobre os Direitos da Criança também reconhece os direitos das crianças LGBTI (ver boxe).

A Convenção sobre os Direitos da Criança protege os direitos das crianças LGBT

O Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança especificou como a Convenção pode ser usada para proteger as crianças que são percebidas como não conformes com as normas de gênero por meio de seus Comentários Gerais, que interpretam o conteúdo das disposições de direitos humanos. Em 2003, a Comissão esclareceu no Comentário Geral (GC #4), parágrafo 6, que “os Estados-membros têm a obrigação de assegurar que todos os seres humanos com menos de 18 anos desfrutem de todos os direitos estabelecidos na Convenção, sem discriminação (art. 2) [...] Esses motivos também englobam a ‘orientação sexual’ dos adolescentes” (CRC, 2006). Isso, portanto, reconhece que os direitos universais descritos pela Convenção se aplicam também para as crianças que são lésbicas, gays ou bissexuais, ou percebidas como tal. Posteriormente, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança emitiu Comentários Gerais adicionais relacionados à proteção dos direitos das crianças LGBT, utilizando os seguintes artigos da Convenção: artigo 2 – o direito à não discriminação; artigo 19 – o direito de ser protegida contra qualquer forma de violência física ou mental, dano ou abuso; e artigo 24 – o direito da criança de gozar do mais alto nível possível de saúde.

3.2 Quais são os princípios fundamentais das respostas do setor de educação à violência homofóbica e transfóbica?

A análise de políticas e práticas identificou uma série de princípios fundamentais que formam a base para que o setor de educação ofereça respostas eficazes à violência homofóbica e transfóbica, além de apoiar ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos (ver Figura 12):

- **Baseada em direitos** – trata-se de uma resposta que protege os direitos humanos de todos os alunos, incluindo o direito à educação, à segurança, à dignidade, à saúde, à igualdade de oportunidades e à liberdade de discriminação.
- **Inclusiva e centrada no aluno** – uma resposta que aborda as diferentes perspectivas, necessidades e experiências de todos os alunos. Meninas lésbicas e mulheres, meninos gays e homens, bissexuais, pessoas transexuais do sexo masculino para feminino e do feminino para o masculino e pessoas intersexo não têm necessariamente as mesmas perspectivas, experiências ou necessidades. As respostas também devem ter em mente as perspectivas e as necessidades dos estudantes que podem não ser propriamente LGBTI, mas que sejam alvo de violência homofóbica e transfóbica devido a sua orientação sexual percebida ou sua identidade/expressão de gênero.
- **Participativa** – estudantes ou representantes eleitos dos estudantes devem ser envolvidos na concepção, na implementação, no monitoramento e na avaliação das respostas do setor de educação à violência. Na Irlanda e em Malta, as políticas para proteger os alunos transexuais de violência nas escolas têm sido desenvolvidas em conjunto com as organizações de juventude e LGBTI para garantir que as políticas estejam de acordo com suas necessidades.
- **Sensível a gênero e transformativa** – a resposta sensível a gênero e transformativa leva em conta todos os gêneros e identidades, bem como a igualdade de gênero, e enfrenta a discriminação relacionada ao gênero e os estereótipos prejudiciais. Essa abordagem também tem como objetivo transformar as estruturas existentes, as instituições e as relações de gênero, para que se baseiem na igualdade de gênero. Na Tailândia, em algumas escolas secundárias estudantes transexuais podem escolher seu uniforme, com base no princípio de que o bem-estar dos alunos é mais importante do que as normas sobre gênero e roupas.
- **Baseada em evidências** – trata-se uma resposta que se baseia em evidências científicas e em opiniões de especialistas de áreas associadas, incluindo saúde pública, psicologia e ciências sociais, de forma a garantir que os envolvidos na educação estejam cientes das evidências relevantes.

- **Apropriada para a idade** – a informação e o apoio devem ser coerentes com a idade real e com a idade de desenvolvimento do aluno. Uma resposta apropriada para a idade aborda questões relacionadas a orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero de uma forma que os estudantes possam se relacionar de forma segura. Na Espanha, o Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade de Oportunidades publicou um guia para apoiar o setor da educação na resposta à homofobia e à transfobia em ambientes educacionais, incluindo recursos para estudantes de diferentes idades e níveis do sistema de educação.
- **Específica para o contexto e culturalmente sensível** – respostas à violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais precisam ser adaptadas ao contexto social, cultural e legal. Alguns contextos são mais difíceis do que outros, mas a experiência mostra que é possível resolver esse tipo de violência, mesmo em contextos difíceis, utilizando abordagens e metodologias apropriadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a GLSEN utilizou um quadro de abordagem e terminologia consistente com os valores nacionais, incluindo o direito à educação de qualidade como um direito civil fundamental que garante a igualdade de oportunidades.

FIGURA 12

**TODOS OS ALUNOS TÊM O DIREITO DE APRENDER DE FORMA SEGURA:
PRINCÍPIOS PARA UMA RESPOSTA ABRANGENTE DO SETOR DE EDUCAÇÃO À VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA**





“Quando eu finalmente descobri o que ‘viado’ e ‘gay’ significavam, eu percebi que esses insultos eram para mim”.

Diogo, 25, gay, Portugal

3.3 O que é uma resposta abrangente do setor de educação?

O trabalho realizado na luta contra a violência nas escolas em geral tem mostrado que “intervenções amplas da escola e do sistema”, muitas vezes referidos como estratégias ou abordagens de “toda a escola”, são particularmente eficazes (RICHARD; SCHNEIDER; MALLET, 2012; MITCHELL; GRAY; NEINGER, 2014). O mesmo se aplica às respostas do setor de educação à violência homofóbica e transfóbica. Neste relatório, as respostas de “toda a escola” à violência homofóbica e transfóbica são também denominadas respostas “globais” do setor de educação.

A resposta abrangente do setor de educação à violência homofóbica e transfóbica engloba todos os elementos a seguir:

- **Políticas eficazes** – as políticas nacionais e escolares sobre como prevenir e combater a violência relacionada à escola, incluindo a violência homofóbica e transfóbica, são a base para uma resposta eficaz. Por exemplo, tais políticas podem oferecer orientações sobre papéis e responsabilidades, a formação exigida pelos professores e outros profissionais, intervenções para prevenir a violência, os mecanismos de notificação de incidentes de violência, apoio aos estudantes e monitoramento e avaliação. No âmbito da escola, as políticas são, muitas vezes, traduzidas em códigos de conduta para funcionários e alunos.
- **Currículos relevantes e materiais didáticos** – currículos oferecem aos professores e a outros atores envolvidos no processo de educação orientações claras sobre o que os alunos devem aprender em idades diferentes, assim como materiais de aprendizagem geralmente refletem o que está no currículo. A inclusão da orientação sexual e da identidade/expressão de gênero em currículos e materiais didáticos é fundamental para garantir que os professores abordem essas questões em sala de aula. Assegurar-se de que os currículos e os materiais de aprendizagem transmitam mensagens positivas em vez de negativas sobre essas questões é igualmente importante.
- **Treinamento e apoio para os funcionários** – funcionários da escola, especialmente diretores e professores, são centrais para uma resposta eficaz. Eles desempenham um papel fundamental ao influenciar os ambientes da escola e de sala de aula, bem como têm influência na atitude dos estudantes, mais especificamente, na prevenção e na resposta à violência, se ela ocorrer. No entanto, professores e outros funcionários precisam de treinamento e apoio adequados de gestão escolar, de forma a lhes permitir abordar a questão da violência homofóbica e transfóbica e também para evitar transmitir involuntariamente mensagens negativas sobre a diversidade sexual e de gênero.

- **Suporte para estudantes e famílias** – escolas e outras instituições educacionais precisam ter medidas em vigor para proporcionar apoio efetivo aos estudantes que são alvo da violência homofóbica e transfóbica, bem como a suas famílias, aos autores da violência, aos observadores e a outros estudantes afetados pela violência. Por exemplo, políticas orientadoras sobre apoio na escola ou por meio de encaminhamento para outros serviços desempenham um papel fundamental nesse sentido.
- **Informação e parcerias estratégicas** – as parcerias entre o setor de educação e outros setores podem melhorar a qualidade e a eficácia das intervenções para prevenir e combater a violência homofóbica e transfóbica nas escolas e, mais especificamente, para ampliar a relevância e a precisão das informações que chegam a educadores e estudantes. Parcerias com a sociedade civil, em particular com ONGs LGBTI, podem contribuir para respostas bem-sucedidas.
- **Acompanhamento e avaliação** – acompanhamento e avaliação são fundamentais para a formulação de políticas baseadas em evidências. Acompanhamento da natureza, da prevalência e do impacto da violência homofóbica e transfóbica é fundamental para a concepção e o planejamento de intervenções adequadas. Avaliar a eficácia das intervenções também é fundamental para garantir que elas estão tendo o impacto desejado.

FIGURA 13 AMBIENTES DE APRENDIZAGEM SEM VIOLÊNCIA:
OS ELEMENTOS DE UMA RESPOSTA ABRANGENTE DO SETOR DE EDUCAÇÃO PARA A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA



Uma resposta abrangente do setor de educação também é abrangente em termos de:

- **Escopo** – a resposta toma medidas para prevenir e combater a violência homofóbica e transfóbica, por exemplo, ao incluir estratégias para prevenção primária e para responder à violência.
- **Atores** – a resposta envolve todas as partes interessadas relevantes, ou seja, ministérios e autoridades locais de educação, instituições de formação de professores, escolas, universidades, desenvolvedores de currículo, inspetores, diretores de escolas, professores, enfermeiras escolares, alunos, pais, comunidades e outros setores.
- **Escala** – uma resposta abrangente é implementada em níveis nacional e subnacional, ou seja, em nível distrital, provincial e estadual, dependendo do contexto do país, e não apenas em algumas escolas.

FIGURA 14 **COMBATER A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA:**
UMA RESPOSTA ABRANGENTE ENVOLVE TODA A COMUNIDADE EDUCACIONAL



3.4 Como o setor de educação tem respondido à violência homofóbica e transfóbica?

O progresso na implementação de medidas para prevenir e combater a violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais varia entre regiões e países. As iniciativas mais abrangentes estão sendo implementadas na Austrália e na Nova Zelândia, no Canadá e nos Estados Unidos, e em vários países da Europa, da Ásia e da América Latina. No entanto, a resposta do setor de educação tem sido limitada na maioria dos países do mundo, particularmente na África, no Caribe, no Oriente Médio, na Ásia Central e em algumas áreas do Pacífico. Além disso, é importante notar que muitos países não têm estratégias amplas para prevenir e abordar a violência nas escolas de maneira em geral.

A seguir, apresenta-se um resumo de ações do setor de educação que implementam os seis elementos de uma resposta abrangente à violência homofóbica e transfóbica, com base em exemplos de práticas promissoras de diferentes regiões identificadas pela avaliação global.

3.4.1 Políticas eficazes

Poucos países têm desenvolvido políticas do setor de educação para prevenir e combater a violência homofóbica e transfóbica nas escolas, o que reflete o fato de que o reconhecimento da prevalência e do impacto nocivo desse tipo de violência no setor é um desenvolvimento relativamente recente. A maioria dos países que desenvolveram políticas empregou uma das duas abordagens a seguir:

- integração de referências à orientação sexual e à identidade de gênero ou à discriminação e à violência homofóbica e transfóbica nas políticas já existentes do setor de educação sobre violência generalizada, *bullying* ou discriminação; ou
- desenvolvimento de políticas específicas do setor de educação que incidem sobre a violência e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero.

A primeira abordagem visa a proteger e apoiar os alunos LGBTI com a integração das questões relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero com políticas mais amplas para prevenir e trabalhar a discriminação e a violência. No entanto, os dados disponíveis sugerem que em países onde as políticas não se referem claramente à violência homofóbica e transfóbica, essa forma de violência não pode ser abordada pelas escolas. Por exemplo, uma pesquisa qualitativa em larga escala realizada em 19 países europeus, em 2013, pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia concluiu que: “Nos casos em que existem medidas *antibullying*, elas são muitas vezes genéricas e podem ser ineficazes para lidar especificamente com assédio moral provocado em função da orientação sexual e da identidade de gênero” (FRA, 2016).

A segunda abordagem requer liderança política e um ambiente legal que é propício para a proteção dos direitos das pessoas LGBTI. Certo número de países tem desenvolvido políticas específicas do setor de educação que abordam a violência homofóbica e transfóbica nas escolas e em outros ambientes educacionais (ver a Figura 15).

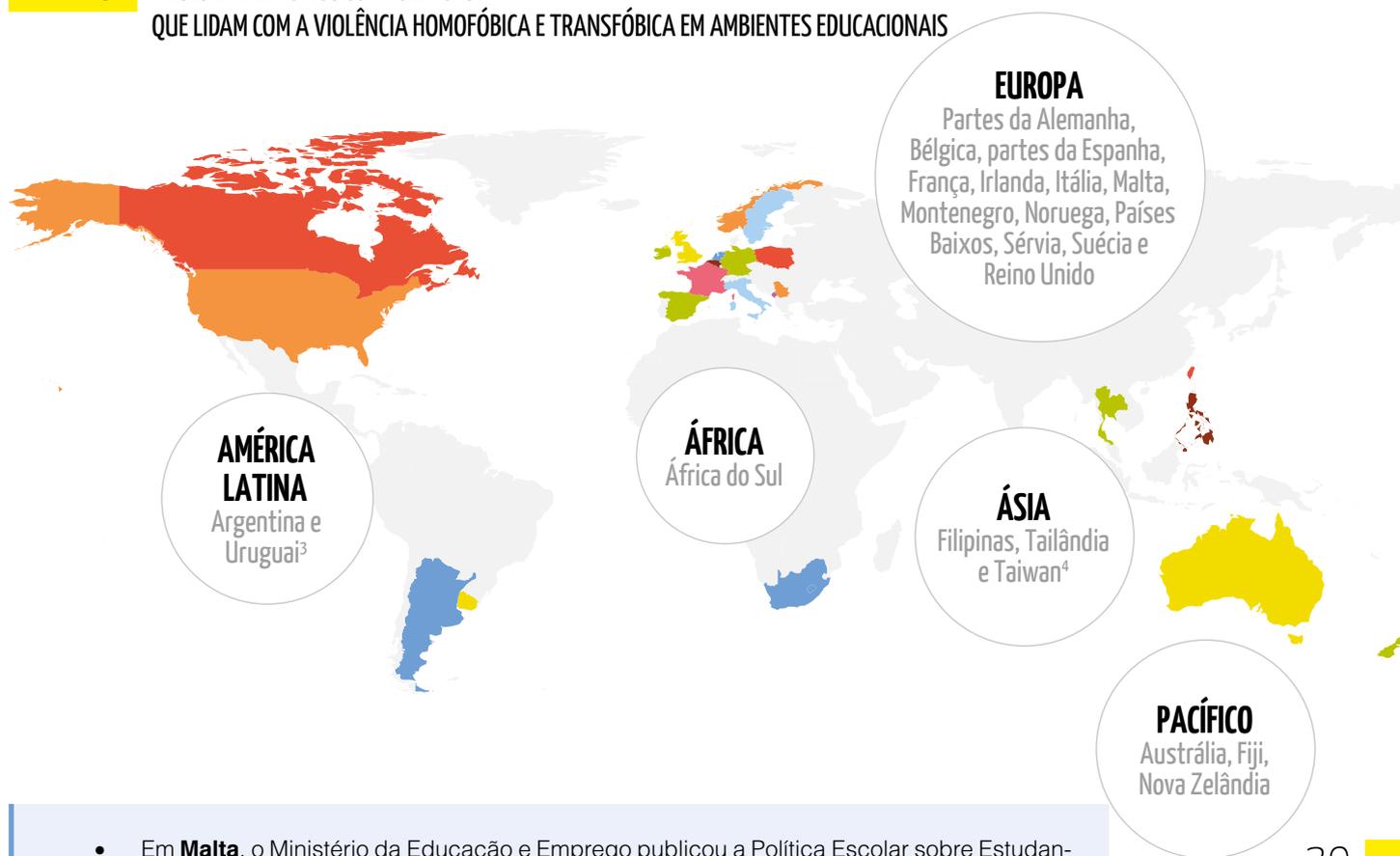


“Meus dias de escola foram basicamente eu me escondendo, me odiando e nunca realmente sabendo por quê”.

Mia, 22, mulher trans, Suécia

FIGURA 15

PAÍSES E TERRITÓRIOS COM POLÍTICAS QUE LIDAM COM A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA EM AMBIENTES EDUCACIONAIS



- Em **Malta**, o Ministério da Educação e Emprego publicou a Política Escolar sobre Estudantes Trans, Variantes de Gênero e Intersexo em junho de 2015. Essa política permite que os estudantes se apresentem, sejam tratados, escolham instalações – como banheiros – e usem uniformes que correspondam a seu gênero. A política também inclui recomendações para sua implementação nas escolas (MoEE, 2015, p. 24).
- Na **Nova Zelândia**, o Ministério da Educação publicou, em 2015, um guia completo para a educação em sexualidade, que afirma que os procedimentos *antibullying* escolar deve abordar diretamente o assédio moral relacionado à orientação sexual e à identidade/expressão de gênero, além de oferecer orientações com base em evidências (NEW ZEALAND, 2015).
- Nas **Filipinas**, o Ato *AntiBullying*, de 2013, inclui referências específicas à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero.
- Na **África do Sul**, o Departamento de Educação Básica desenvolveu uma “Carta da escola contra o *bullying* homofóbico”, em 2015, e espera que as escolas elaborem os próprios códigos de conduta específicos para os estudantes para abordar o *bullying*, incluindo o assédio homofóbico (UNESCO, 2015c).
- Na **Suécia**, o Ato de Discriminação de 2009 proíbe explicitamente a discriminação com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero na educação, além de obrigar pré-escolas, escolas e universidades a tomar medidas proativas contra a violência (SWEDEN, 2010).

3 No Uruguai, as políticas educacionais referem-se à discriminação baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero. Eles não mencionam diretamente a violência e o *bullying*.

4 Idem na Tailândia.

Evidências da **Austrália** e dos **Estados Unidos**, publicadas entre 2010 e 2015, mostram que as políticas inclusivas relacionadas aos estudantes LGBTI tornam esses estudantes menos propensos a ouvir linguagem pejorativa, sofrer violência, considerar ou tentar ferir a si mesmos ou suicídio (ver Figura 16).

FIGURA 16 **POLÍTICAS ESCOLARES INCLUSIVAS *antibullying* AJUDAM A COMBATER OS INCIDENTES DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E TRANSFÓBICA**



Fonte: KOSCIW et al., 2013; HILLIER et al., 2010.

3.4.2 Currículo relevante e materiais de aprendizagem

Currículos geralmente apresentam uma das quatro abordagens à diversidade sexual e de gênero (veja a Figura 17) indicadas a seguir.

- Alguns são “hostis” ou seja, eles transmitem explicitamente mensagens negativas sobre as pessoas LGBTI, mensagens estas que reforçam estereótipos negativos de gênero e contribuem para a violência homofóbica e transfóbica. Por exemplo, livros didáticos foram recolhidos pelo governo da Croácia (em 2009) e da Antiga República Iugoslava da Macedônia (em 2010) porque descreviam a homossexualidade como uma doença.
- Alguns omitem qualquer representação da diversidade sexual e de gênero, tornando as pessoas LGBTI “invisíveis”, o que pode resultar em escolas que ignoram a violência homofóbica e transfóbica.

- Alguns são “inclusivos” ou seja, transmitem mensagens positivas implícitas sobre diversidade sexual e de gênero e promovem os direitos humanos de todos, independentemente de características pessoais, incluindo a orientação sexual e identidade/expressão de gênero.
- Outros são de “afirmação”, isto é, eles transmitem mensagens positivas explícitas sobre a diversidade sexual e de gênero e as pessoas LGBTI. Eles apresentam aos educadores orientações claras e exemplos sobre como fazer referência à orientação sexual e à identidade/expressão de gênero de maneira sensível.

Na maioria dos países para os quais existem dados disponíveis, currículos e materiais didáticos não incluem qualquer menção direta ou indireta à diversidade sexual e de gênero. Apenas alguns países desenvolveram currículos que são “inclusivos” ou de “afirmação”.

FIGURA 17 QUATRO PERFIS DE CURRÍCULOS: O CURRÍCULO TRAZ MENSAGENS IMPORTANTES SOBRE A ORIENTAÇÃO SEXUAL E A IDENTIDADE DE GÊNERO



Orientação internacional sobre educação em sexualidade

O Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança recomenda que os currículos da educação primária e secundária abordem questões relacionadas à discriminação.

O relator especial sobre o direito à educação observou que, para ser abrangente, a educação em sexualidade deve prestar atenção especial à diversidade, uma vez que todas as pessoas têm o direito de lidar com sua sexualidade (UNITED NATIONS, 2010). Tanto a UNESCO quanto a OMS emitiram recomendações detalhadas e baseadas em evidências para resolver as questões em torno da orientação sexual e da identidade/expressão de gênero na área de educação em sexualidade (WHO, 2011; UNESCO, 2009).

A maneira como os currículos abordam a diversidade sexual e de gênero precisa refletir o contexto social, cultural e histórico de um país. Evidências e experiências sugerem que os seguintes contextos são os mais eficazes para abordar essas questões (UNESCO, 2009; GLSEN, 2012):

- aulas de cidadania, direitos humanos ou direitos civis;
- aulas de história e política;
- aulas de linguagem, literatura e artes; e
- aulas de saúde, educação pessoal e educação em sexualidade.



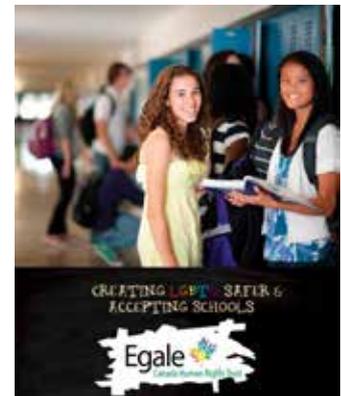
Materiais de aprendizagem sobre sexualidade sensíveis ao gênero desenvolvidos pela RainbowYOUTH, na Nova Zelândia

- Na **Namíbia**, o currículo sobre habilidades para a vida para estudantes do 8º ano aborda explicitamente o tópico “papéis de gênero” em relação a diferentes tipos de famílias. Por exemplo, espera-se dos estudantes que, “[...] em suas próprias palavras, definam e discutam diferentes padrões sexuais, tais como heterossexual, homossexual, bissexual, assexuado e o celibato; e também em suas próprias palavras, definam o sexismo por escrito; e [por fim] apreciem a própria sexualidade” (UNESCO, 2015c). No currículo sobre habilidades para a vida do 12º ano, a unidade de autoconhecimento exige que os alunos compreendam o que é a homossexualidade, bem como o impacto que tem sobre os problemas individuais e de conduta.
- Nos **Países Baixos**, as escolas primárias e secundárias devem trabalhar para alcançar objetivos educacionais fundamentais (MECC, 2014). Esses objetivos foram atualizados em 2012 para encorajar os professores a introduzir a diversidade sexual e de gênero em todas as disciplinas, em especial nas aulas de educação em sexualidade, biologia, cidadania e ciências sociais.
- Nas **Filipinas**, a Lei de Saúde Reprodutiva de 2013 determina a educação em sexualidade, e o Departamento de Educação está trabalhando com ONGs para estabelecer normas mínimas em matéria de educação em sexualidade que abordem tanto a violência baseada no gênero quanto a violência homofóbica e transfóbica (UNESCO, 2015b).

3.4.3 Treinamento e apoio para profissionais

Na maioria dos países, profissionais da educação necessitam de treinamento e recursos adequados para ajudá-los a compreender e lidar com a orientação e a identidade de gênero, sexual e de expressão e, mais especificamente, a violência homofóbica e transfóbica. Evidências de profissionais do setor de educação e ONGs também sugerem que a formação genérica sobre a violência em contextos educacionais não é suficiente para combater a violência homofóbica e transfóbica de forma adequada.

Alguns países têm alocado recursos para treinamento e apoio a funcionários nessa área, por exemplo, com o desenvolvimento de orientação, cursos de desenvolvimento profissional e elaboração de manuais sobre violência homofóbica e transfóbica. No entanto, essas ações são, muitas vezes, parte de capacitação em serviços, implementadas em pequena escala e não são obrigatórias para os profissionais. A fim de atingir o maior número possível de professores, seria mais eficaz incluir essas questões na formação pré-serviço. Atualmente, apenas alguns países – Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Países Baixos e Reino Unido – incluem essas questões nos currículos nacionais ou subnacionais de formação pré-serviço.



O livro “Creating LGBTQ Safer & Accepting Schools” é distribuído às escolas pelo Egale Canada Human Rights Trust em apoio à visão do Canadá de tornar a educação segura e acolhedora para todos



“Eu não tinha, literalmente, nenhum treinamento sobre como lidar com isso, então, não, eu não me sentia confortável para lidar com isso”.

Professor no Reino Unido

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (*European Union Fundamental Rights Agency*), 2016. Respeitar, proteger, promover e cumprir os direitos fundamentais das pessoas LGBT na UE: visões e experiências dos funcionários públicos e profissionais em 19 Estados-membros da UE (*Respecting, protecting, promoting and fulfilling the fundamental rights of LGBT people in the EU: views and experiences of public officials and professionals in 19 EU Member States*)

- Na **Austrália**, a Unidade de Sociedade e Educação é uma exigência para a formação de alguns professores para a educação primária e secundária. Ela introduz aos professores as questões ligadas à orientação sexual e à identidade e expressão de gênero nas escolas por meio da sociologia da educação e os encoraja a reconhecer suas concepções sobre as pessoas LGBTI, bem como a aprender sobre abordagens de gênero e sexualidade nas escolas.
- No **Nepal**, em 2014, a ONG *Blue Diamond Society* desenvolveu e começou a oferecer um curso de formação para professores e administradores escolares para facilitar a introdução do novo currículo sobre saúde sexual e reprodutiva para alunos de 6º, 7º e 8º anos. O conjunto de ferramentas de treinamento oferece informações básicas sobre gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade e expressão de gênero, além de ajudar as escolas a identificar problemas que os alunos LGBT podem enfrentar, incluindo a violência, e oferecer soluções possíveis (BDS, 2013).
- Na **Suécia**, a Agência Nacional de Educação oferece para profissionais da educação uma formação em serviço sobre sexualidade e educação de relacionamentos. Ela usa uma abordagem chamada de “norma fundamental”, que, em vez de se concentrar em indivíduos e grupos que são diferentes com base em uma “norma”, examina como e por que normas determinam quem é “normal” ou “anormal”, assim como incentiva os funcionários a refletir sobre a discriminação e a diferença (THE SWEDISH NATIONAL BOARD FOR YOUTH AFFAIRS, 2012).

3.4.4 Apoio para os estudantes e suas famílias

Em muitos países para os quais os dados foram analisados, o apoio é oferecido aos estudantes que são alvos da violência em geral (incluindo o assédio moral), dentro ou fora do ambiente escolar, por meio de mecanismos de referência. No entanto, o pessoal responsável por prestar esse apoio é, muitas vezes, mal preparado para lidar com casos de violência homofóbica e transfóbica, pois muitos não ficam confortáveis para discutir questões relacionadas à orientação sexual e à identidade/expressão de gênero. Eles podem até mesmo ter olhares homofóbicos e transfóbicos e, portanto, podem não satisfazer as necessidades dos estudantes LGBT que solicitam apoio ou que tenham sido encaminhados a essa ajuda. Apenas em alguns países o setor de educação oferece apoio adaptado às necessidades específicas dos estudantes afetados pela violência homofóbica e transfóbica e, às vezes, às necessidades de suas famílias.



Kit "GLSEN Safe Space" adaptado para uso no Chile

O apoio pode ser oferecido em diferentes formas:

- dentro de ambientes educacionais: com serviços de aconselhamento conduzidos por pessoal treinado ou com apoio de colegas em clubes na própria escola;
- fora de ambientes educacionais: por meio do acesso à saúde, proteção da criança e serviços de formação; ONGs, incluindo organizações LGBT e grupos para pais de estudantes LGBT; e linhas diretas; e
- *online*: por meio de *chats* e *websites*.

Dependendo dos provedores, o apoio pode incluir apoio psicológico, informação, aconselhamento e apoio para comunicar incidentes, ou, ainda, apoio social, incluindo formação.

- Na **Argentina**, desde 2013, as pessoas transexuais podem se beneficiar de um regime do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguro de Segurança Empregatícia Social. Embora seja aberto a qualquer pessoa que tenha deixado a escola precocemente e vivencie dificuldades para encontrar empregos qualificados, o sistema reconhece a alta prevalência de abandono escolar entre os estudantes transgênero e a necessidade de lhes fornecer competências gerais e de formação profissional (INADI, 2014).
- No **Japão**, o Ministério da Saúde e do Trabalho criou, em 2012, uma linha direta LGBT, e os serviços de uma rede nacional de prevenção do suicídio também foram estendidas para os jovens LGBT (UNESCO, 2015b).
- No **Reino Unido**, o Escritório Governamental de Igualdades lançou o *website Stop Online Abuse* para oferecer apoio aos alvos de *bullying* cibernético e ajudá-los a comunicar incidentes, incluindo aconselhamento específico para os indivíduos LGBT (UNITED KINGDOM EQUALITIES OFFICE, 2015).
- Muitas escolas e universidades na **Austrália**, no **Canadá**, nos **Estados Unidos**, na **Índia**, na **Nova Zelândia**, nos **Países Baixos**, no **Reino Unido** e na **Tailândia** oferecem espaços para grupos de apoio de colegas, muitas vezes conhecidos como Alianças Gay-Hétero. Esses grupos são liderados por estudantes e são clubes baseados em instituições de ensino que organizam atividades inclusivas para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual e identidade/expressão de gênero. São espaços em que os alunos podem expressar abertamente sua orientação e sua identidade de gênero sexual (UNESCO, 2015b; WORTHEN, 2014; SAEWYC et al., 2014).

3.4.5 Campanhas de informação e parcerias estratégicas

Em muitos países, a sociedade civil tem desenvolvido considerável expertise na prevenção e na redução da violência homofóbica e transfóbica em contextos educacionais. Elaboradores e gestores de políticas da Ásia, da Europa, da América Latina, da América do Norte e do Pacífico que foram consultados para esta revisão reconheceram que parcerias com a sociedade civil, em especial com ONGs LGBTI, têm contribuído para respostas bem-sucedidas à violência homofóbica e transfóbica em escolas. Essas parcerias incluem iniciativas como campanhas informativas sobre diversidade sexual e de gênero, por exemplo, por meio de eventos como o Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia; a construção de redes *antibullying* que envolvam organizações de professores e de estudantes; promoção de campanhas de conscientização de longo prazo e programas de formação; apoio ao desenvolvimento de políticas educacionais; e implementação de respostas locais no âmbito da escola.



A campanha #PurpleMySchool, de 2015, conduzida pela UNESCO, pelo PNUD e pela ONG *Being LGBTI in Asia* procura levantar o interesse pelo *bullying* escolar à pessoas LGBTI com base na sexualidade e na identidade de gênero.

- Na **China**, a ONG *Common Language* promove currículos universitários inclusivos por meio do apoio a professores e clubes de estudantes para que discutam diversidade sexual e de gênero. Em 2015, a organização trabalhou com 13 universidades de âmbito nacional e apoiou mais de 30 grupos locais, principalmente associações estudantis, para organizar atividades LGBT inclusivas (UNESCO, 2015b).
- Na **Polônia**, a Campanha Contra a Homofobia, uma ONG LGBT, trabalha com sindicatos de professores, instituições de formação de professores e diretores de escolas para auxiliar escolas secundárias a planejar, coordenar e monitorar seus programas e suas atividades contra a discriminação e a violência homofóbica e transfóbica. Com base nesse trabalho, a ONG também dissemina práticas promissoras para as escolas.
- No **Uruguai**, políticas educacionais abrangentes de combate à violência e à discriminação homofóbica e transfóbica fazem parte do Programa Nacional para Educação Sexual. Para formar professores, o setor de educação se apoia em parcerias entre diferentes setores do governo e organizações da sociedade civil. A formação de professores em temas de educação em sexualidade é oferecida em parceria com ONGs, incluindo grupos LGBT, o que ajuda a desmistificar tópicos relacionados a orientação sexual e identidade/expressão de gênero, inclusive violência homofóbica e transfóbica.

3.4.6 Monitoramento da violência e a evolução de respostas

Bem poucos países coletam sistematicamente dados abrangentes sobre a violência homofóbica e transfóbica. Apenas em oito países os governos monitoraram diretamente essa forma de violência em contextos educacionais – Alemanha (em nível subnacional), Bélgica, Colômbia (em nível municipal), Estados Unidos, França, México, Mongólia e Países Baixos. Em outros seis países – Austrália, Canadá, Irlanda, Malta, Nova Zelândia e Reino Unido – os governos usaram dados coletados por institutos de pesquisa e ONGs.



“Foi-me dito que eu trouxe vergonha à minha sociedade e minha religião. Tenho pesadelos intermináveis e sofro de depressão”.

Nora, 25, lésbica, Oriente Médio

- Na **Colômbia**, o Departamento de Educação do Distrito de Bogotá pesquisou a violência homofóbica e transfóbica nas escolas secundárias em 2006, 2011 e 2013. Esses estudos em grande escala recolheram questionários (em sua versão mais recente) de 118.000 estudantes do 6º ao 11º ano, o que permitiu uma amostragem baseada na probabilidade e resultados fortemente confiáveis (SED, 2013).
- No **Peru**, o SiseVe é um sistema que oferece uma maneira simplificada para o setor de educação registrar incidentes de violência, responder a esses incidentes, oferecer ajuda às pessoas afetadas, acompanhar respostas à violência e concluir o caso quando há evidências de que o bem-estar dos alunos melhorou. Esse sistema abrange explicitamente a violência homofóbica e transfóbica (PERU, 2015).

Indicadores para monitorar a violência nas escolas

O estudo global incluiu uma revisão dos indicadores utilizados para acompanhar a natureza, a prevalência e o impacto da violência em contextos educacionais e as respostas do setor de educação. O estudo avaliou 437 indicadores utilizados pelas instituições governamentais, instituições de pesquisa, agências da ONU, ONGs e outras organizações em aproximadamente 114 países e territórios. A maioria dos indicadores monitoram a violência em geral e muitos deles monitoram a violência baseada no gênero relacionada à escola com foco apenas na violência sexual contra meninas.

A revisão identificou 120 indicadores que monitoram a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero; quase todos eles são usados por instituições de pesquisa e ONGs, em um número limitado de países. Muitas vezes, ONGs recolhem dados por meio de pesquisas realizadas fora das escolas, por exemplo, por meio de questionários *online*. Entre os desafios para a coleta de dados estão leis que impedem os pesquisadores de perguntar aos jovens com idade abaixo das normas legais de consentimento sobre sua orientação sexual e sua identidade de gênero; a criminalização de identidades e comportamentos das pessoas LGBTI; e a garantia de medidas que estão em vigor para proteger o anonimato e a confidencialidade. Esses desafios contribuem para a falta de dados, que, por sua vez, contribui para a baixa visibilidade do problema e produz respostas limitadas.

Apenas três países – Estados Unidos, Países Baixos e Reino Unido – têm realizado avaliações relativamente em larga escala de programas para prevenir e combater a violência homofóbica e transfóbica no setor de educação, em tentativas de avaliar a eficácia e o impacto desses programas. Em outros países, as avaliações de intervenções de pequena escala têm sido conduzidas por ONGs ou instituições de pesquisa, mas essas investigações não reuniram dados suficientemente consistentes para informar a escala dessas intervenções.

- No **Reino Unido**, o Escritório Governamental de Igualdades encomendou, em 2014, um estudo independente para avaliar as respostas mais eficazes do setor de educação para o *bullying* homofóbico e transfóbico. Os pesquisadores revisaram a legislação e as políticas existentes, entrevistaram professores e profissionais da educação envolvidos com a oferta de respostas *antibullying* e desenvolveram estudos de caso com base em quatro escolas (MITCHELL; GRAY; BENINGER, 2014).

4.

RECOMENDAÇÕES

4. RECOMENDAÇÕES

As recomendações se concentram em ações estratégicas e práticas para desenvolver e reforçar respostas eficazes e abrangentes do setor de educação à violência homofóbica e transfóbica. Elas levam em consideração as especificidades dos diferentes contextos legais e socioculturais em relação à orientação sexual e à identidade de gênero.

4.1 Monitoramento sistemático da violência

Monitorar sistematicamente a prevalência da violência em contextos educacionais, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero.

Especificamente:

- Usar mecanismos rotineiros de coleta de dados que já incluam perguntas sobre o ambiente escolar e a segurança. Por exemplo, pesquisas realizadas nas escolas gerenciadas pelo setor de educação, mecanismos de notificação para incidentes de violência e questionários regionais e internacionais – como o questionário Saúde do Estudante (*Student Health*), baseado no *Global School*, e o questionário transnacional de Comportamento de Saúde em Crianças em Idade Escolar (*Health Behaviour in School-Aged Children*).
- Certificar-se de que esses mecanismos incluam indicadores e questões relacionadas à violência homofóbica e transfóbica que sejam apropriados e sensíveis, e que os dados sejam desagregados por idade, sexo, orientação sexual e identidade/expressão de gênero para identificar a prevalência e a natureza da violência vivenciada por diferentes grupos de alunos LGBTI.
- Adaptar a terminologia ao contexto, particularmente em países em que as relações do mesmo sexo são ilegais.
- Examinar dados pertinentes e confiáveis recolhidos por meio de estudos específicos conduzidos por ONGs e instituições de pesquisa.

4.2 Políticas nacionais abrangentes no âmbito escolar

Estabelecer políticas nacionais e escolares abrangentes para prevenir e abordar a violência em ambientes educacionais, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero.

Especificamente:

- Garantir que as políticas são baseadas em evidências e referem-se de forma explícita aos estudantes que estão particularmente em risco de violência, incluindo estudantes cuja orientação e identidade/expressão de gênero sexual é percebida como diferente da “norma”.
- Integrar as questões relacionadas à violência homofóbica e transfóbica nas políticas do setor de educação sobre violência, *bullying*, escolas seguras, educação inclusiva e antidiscriminação, quando existem tais políticas.
- Usar a terminologia culturalmente apropriada para as políticas em países em que a diversidade sexual e de gênero são questões sensíveis, por exemplo, referir-se a “estudantes cuja expressão não se conforma com as normas de gênero e estereótipos” em vez de “estudantes LGBTI”.
- Envolver os alunos, sobretudo aqueles que são LGBTI, no desenvolvimento de políticas, incluindo, por meio da colaboração com organizações da sociedade civil que representam LGBTI, pessoas e estudantes ou mesmo trabalhos sobre questões relacionadas à orientação sexual e à identidade/expressão de gênero.

4.3 Currículo e materiais de aprendizagem inclusivos

Garantir que o currículo e os materiais de aprendizagem sejam inclusivos.

Especificamente:

- Oferecer a todos os estudantes acesso a informação que seja precisa e não tenha caráter de julgamento acerca de orientação sexual e identidade/expressão de gênero.
- Incluir educação sobre discriminação e respeito por todos nos currículos de todos os níveis do sistema educacional, iniciando a abordagem ainda nos primeiros níveis.
- Garantir que os currículos e os materiais de aprendizagem sejam baseados em evidências e inclusivos no que diz respeito à orientação sexual e à identidade/expressão de gênero, incluindo as representações feitas no conteúdo e nas ilustrações, além do cuidado de remover ou evitar conteúdos incorretos ou estigmatizantes. Nos contextos em que é difícil mencionar nos currículos e nos materiais de aprendizagem a diversidade sexual e de gênero, ainda é possível abordar questões como definições de masculinidade e feminilidade, papéis e estereótipos de gênero e como esses pressupostos podem ser prejudiciais aos indivíduos e à sociedade.
- Identificar e usar nos currículos pontos de partida apropriados para ajudar os estudantes a compreender temas relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero de forma apropriada à idade e culturalmente sensível; por exemplo, por meio de cidadania, direitos humanos e cívicos, história e política, linguagem, literatura e arte, ou mesmo educação em saúde, pessoal e sexual.

4.4 Apoio para treinamento de profissionais das escolas

Oferecer treinamento e apoio a professores e a outros profissionais da educação e das escolas para prevenir e abordar a violência em ambientes educacionais, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero.

Especificamente:

- Oferecer aos professores treinamento pré-serviço e em serviço para que possam abordar conteúdos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero nos currículos, de preferência por meio de uma abordagem participativa na própria formação, que permita aos professores refletir sobre seus valores, suas atitudes, sua linguagem e seus comportamentos. Em contextos nos quais é difícil mencionar a diversidade sexual e de gênero, a formação de professores pode se concentrar em questões como definições de masculinidade e feminilidade, papéis e estereótipos de gênero e como esses pressupostos podem ser prejudiciais aos indivíduos e à sociedade.
- Garantir que professores e outros profissionais da educação recebam formação que lhes permita responder à violência, particularmente ao *bullying*, em ambientes educacionais. Trata-se de oferecer-lhes o conhecimento, as atitudes e as habilidades para identificar incidentes de violência, incluindo a violência homofóbica e transfóbica, e imediatamente detê-los; relatar incidentes às autoridades relevantes usando mecanismos e procedimentos existentes; e ouvir os alunos que são vítimas de violência homofóbica e transfóbica ou testemunhar a seu favor e oferecer apoio, seja diretamente ou encaminhando-os para funcionários da escola responsáveis ou instituições externas.

4.5 Ambientes escolares seguros, inclusivos e solidários

Garantir ambientes escolares seguros, que sejam totalmente inclusivos, e oferecer apoio aos estudantes afetados pela violência, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero, bem como a suas famílias.

- Comunicar a toda a comunidade escolar as políticas escolares relacionadas à segurança e à inclusão e garantir que elas sejam monitoradas pela gestão escolar.
- Estabelecer mecanismos e procedimentos eficazes para relatar qualquer incidente de violência; esses mecanismos deverão estar disponíveis nas escolas e, quando apropriado, fora das escolas, por exemplo, linhas diretas ou mecanismos de informação na internet, que sejam capazes de proteger a privacidade e a confidencialidade.
- Assegurar que os mecanismos de comunicação possam documentar incidentes de violência baseados na orientação sexual e na identidade de gênero, de forma culturalmente sensíveis, de modo que esses incidentes sejam devidamente relatados.
- Introduzir ou alterar regulamentos que promovam a inclusão de estudantes transexuais, por exemplo, o respeito pelo nome social dos alunos transexuais; vestuário e opções de aparência; processos para proteger a privacidade dos estudantes enquanto estiverem nas escolas, assim como a confidencialidade dos alunos intersexo.
- Garantir que os estudantes afetados pela violência possam relatar incidentes em sigilo, sem precisar revelar sua orientação sexual ou sua identidade de gênero contra sua vontade e também sem que se sintam julgados.
- Disponibilizar apoio adequado ou encaminhar para o apoio de funcionários treinados os estudantes afetados pela violência homofóbica e transfóbica, incluindo aqueles que são alvos de violência, aqueles que observam a violência e suas famílias.

- Certificar-se de que o suporte também está disponível para quem comete violência homofóbica e transfóbica, para que compreendam as razões de suas atitudes e seus comportamentos e possam alterá-los.
- Incentivar redes de apoio entre os alunos.

4.6 Campanhas de informação e parcerias com a sociedade civil

Proporcionar o acesso a informações que não emitam julgamentos e sejam precisas acerca da orientação sexual e da identidade/expressão de gênero em ambientes educacionais, por meio de campanhas de informação e parcerias com a sociedade civil e a comunidade escolar.

Especificamente:

- Certificar-se de que os objetivos de ensino ofereçam informações sobre a diversidade sexual e de gênero que sejam precisas e adequadas à idade e baseadas em evidências por meio, por exemplo, de campanhas de informação, incluindo cartazes, folhetos e filmes. Essas campanhas, muitas vezes, podem complementar a inclusão de informações relevantes ao currículo formal.
- Incentivar o envolvimento de uma ampla gama de pessoas envolvidas na concepção, na implementação e na avaliação das atividades que previnem e abordam a violência, incluindo a violência homofóbica e transfóbica:
 - pais e associações de pais, sindicatos de professores, organizações estudantis; e
 - organizações da sociedade civil que oferecem *expertise* baseada em evidências e estão prontas para trabalhar com o setor de educação no combate à violência homofóbica e transfóbica, incluindo as ONGs que representam as pessoas LGBTI, ONGs de jovens e ONGs que trabalham com direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva ou gênero. Em alguns países, essas organizações já adquiriram experiência na resposta à violência escolar, incluindo a violência homofóbica e transfóbica.
- Estabelecer parcerias com outros setores que desempenham um papel na prevenção e no combate à violência nas escolas, por exemplo, na área de saúde e serviços sociais.

4.7 Avaliação das respostas do setor de educação à violência

Avaliar a eficiência, a eficácia e o impacto das respostas do setor de educação à violência, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero.

Especificamente:

- Certificar-se de que todos os programas e intervenções são avaliados periodicamente para verificar se estão ou não funcionando.
- Avaliar a eficiência, a eficácia e o impacto das respostas do setor de educação à violência, incluindo em que medida a resposta é abrangente. Isso deve incluir, por exemplo, avaliar a forma como os programas são efetivados; a eficácia da formação de profissionais e da aplicação do currículo; em que medida os mecanismos estão sendo utilizados; a relação custo-benefício das intervenções; e seu impacto na prevenção e nas respostas à violência nas escolas.
- Em países em que a resposta do setor de educação tem sido limitada, pode ser conduzida uma avaliação inicial da situação, das necessidades prioritárias e das oportunidades para implementar os elementos de uma resposta abrangente. Isso também oferece um patamar para monitorar o progresso e o impacto da resposta.

5. BIBLIOGRAFIA

5. BIBLIOGRAFIA

ALBA, E. S.; HERRERA, Y.; FREIRE, B. *Informe sobre la situación de los derechos humanos de las poblaciones LGBTI*. Ecuador: Fundación Ecuatoriana Equidad, 2013.

BADGETT, M. V. L. et al. *The Relationship between LGBT inclusion and economic development: an analysis of emerging economies*. Washington, D.C.: USAID, the Williams Institute, 2014.

BDS. *Toolkit working with schools 1.0: tools for school consultants, principals, teachers, students and parents to integrate adequate attention of lesbian, gay, bisexual and transgender topics in curricula and school policies*. Kathmandu: Blue Diamond Society, 2013.

BLOOM, S. et al. *Guidance for gender based violence (GBV) monitoring and mitigation within non-GBV focused sectoral programming*. United States of America: CARE USA, 2014.

BOSTWICK, W. B. et al. Mental health and suicidality among racially/ethnically diverse sexual minority youths. *Am. J. Public Health*, v. 104, n. 6, p. 1129-1136, 2014.

CÁCERES, C. F. et al. *Estudio a través de internet sobre "bullying" y sus manifestaciones homofóbicas en escuelas de Chile, Guatemala, México y Perú, y su impacto en la salud de jóvenes varones entre 18 y 24 años: informe final*. Lima: Instituto de Estudios en Salud, Sexualidad y Desarrollo, 2011.

CANADA. Ministère de la Justice. *Quebec policy against homophobia*, 2009. Disponível em: <<http://www.justice.gouv.qc.ca/english/ministere/dossiers/homophobie/homophobie-a.htm#policy>> Acesso em: 14 jul. 2015.

ÇAVARIA. *National report on homophobic attitudes and stereotypes among young people in Belgium*. NISO Project, 2013.

CDC. *Sexual Identity, sex of sexual contacts, and health-risk behaviors among students in grades 9-12: youth risk behavior surveillance, selected sites, United States, 2001-2009*. Washington, D.C.: Division of Adolescent and School Health, National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion, 2011.

COLLET, N. *Hong Kong NGO fights homophobia in schools*, 2010. Disponível em: <<http://www.fridae.asia/gay-news/2010/08/13/10223.hong-kong-ngo-ghts-homophobia-in-schools>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CONCERN WORLDWIDE. *National study on school-related gender-based violence in Sierra Leone: final report*. Concern Worldwide, CRS, IBIS, Plan International, 2010.

CHOI, S. K. et al. *Serving our Youth 2015: the needs and experiences of lesbian, gay, bisexual, transgender and questioning youth experiencing homelessness*. Los Angeles: The Williams Institute with True Colors Fund, 2015.

COMMITTEE ON LGBT HEALTH ISSUES AND RESEARCH GAPS AND OPPORTUNITIES. *The Health of lesbian, gay, bisexual, and transgender people: building a foundation for better understanding*. Washington, D.C.: National Academies Press, 2011.

CRC. *Adolescent health and development in the context of the convention on the rights of the child*, 2003. (General comment, 4). Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/WRGS/Health/GC4.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

EDELENBOSCH, G.-J.; EMMEN, M.; RICARDO, M. *Gay-straight alliances at secondary schools*. Amsterdam, [s.d.].

EGALE CANADA. *Every class in every school: final report on the first national climate survey on homophobia, biphobia, and transphobia in Canadian schools: executive summary*. Toronto, 2011.

FERREYRA, M. E. *Gender identity and extreme poverty, in urgency required: gay and lesbian rights are human rights*. Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries (Hivos), 2010. p. 290.

FORMBY, E. *The impact of homophobic and transphobic bullying on education and employment: an European survey 2013*. Sheffield: IGLYO and Sheffield Hallam University, 2013.

FRA. *EU LGBT survey, European Union lesbian, gay, bisexual and transgender survey: results at a glance*. Vienna: European Union Agency for Fundamental Rights, 2013.

FRA. *EU LGBT survey: main results*. Luxemburg: European Union Agency for Fundamental Rights, 2014.

FRA. *Professionally speaking: challenges to achieving equality for LGBT people*. Vienna: European Union Agency for Fundamental Rights, 2016.

FRASER, E.; FANCY, K. *Global guidance on addressing school-related gender-based violence*. Paris: UNESCO, 2015.

GALE. *GALE Toolkit Working with Schools 1.0: tools for school consultants, principals, teachers, students and parents to integrate adequate attention of lesbian, gay, bisexual and transgender topics in curricula and school policies*. Amsterdam: Global Alliance for LGBT Education, 2012.

GLSEN. *Ready, Set, Respect! GLSEN's Elementary School Toolkit*. New York: Gay, Lesbian & Straight Education Network, 2012.

GLN. *Homophobia in Schools in Pietermaritzburg*. South Africa: Gay and Lesbian Network, 2011.

GUASP, A. *The School Report: the experiences of gay young people in Britain's schools in 2012*. Cambridge: Stonewall UK, Centre for Family Research – University of Cambridge, 2012.

HILLIER, L. et al. *Writing themselves in 3: the third national study on the sexual health and wellbeing of same sex attracted and gender questioning young people*. Melbourne: Australian Research Centre in Sex, Health and Society, La Trobe University, 2010.

IGLYO. *The impact of homophobic and transphobic bullying on education and employment: advocacy recommendations*. Brussels: International Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer Youth and Student Organisation, 2014.

INADI. *Derecho al trabajo sin discriminación: documentos temáticos hacia el paradigma de la igualdad de oportunidades*. Buenos Aires: Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo, 2014.

INOCHI RESUPEKUTO HOWAITO RIBON KYANPEN. *Findings from 2013 Survey on LGBT students' School Experience*. Tokyo: EndoMameta, 2014.

JONES, T.; HILLIER, L. Comparing trans-spectrum and same-sex-attracted youth in Australia: Increased risks, increased activisms. *J. LGBT Youth*, v. 10, n. 4, p. 287-307, 2013.

KOSCIW, J. et al. *The 2013 National School Climate Survey: the experiences of lesbian, gay, bisexual and transgender youth in our nation's schools*. New York: Gay, Lesbian & Straight Education Network, 2014.

KUYPER, L. *Young people and sexual orientation: summary and discussion*. The Dutch Institute for Social Research, 2015.

LEACH, F.; DUNNE, M.; SALVI, F. *School-Related Gender based Violence: a global review of current issues and approaches in policy, programming and implementation responses to school-related gender-based violence (SRGBV) for the education sector*. Paris: UNESCO, 2014.

LUCASSEN, M. F. G.; CLARK, T. C.; MOSELEN, E. *Youth'12: the health and wellbeing of secondary school students in New Zealand; results for young people attracted to the same sex or both sexes*. Auckland: The University of Auckland, 2014.

MAKUCHOWSKA, M.; PAWLEGA, M. *Situation of LGBT persons in Poland: 2010 and 2011 report*. Warsaw: Kampania Przeciw Homofobii, 2012.

MAYOCK, P. et al. *Supporting LGBT Lives: a study of the mental health and well-being of lesbian, gay, bisexual and transgender people*. Dublin: GLEN, BeLonGTo, Health Service Executive's National Office for Suicide Prevention (NOSP), 2009.

MECC. *Best practices from The Netherlands: OHCHR request as follow up to Res. 27/32, 2014. (Human rights, sexual orientation and gender identity)*. Disponível em: <<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016801e8db8>>. Acesso em: 14 set. 2015.

METRO. *Youth chances summary of first findings: the experiences of LGBTQ young people in England*. London: METRO Youth Chances, 2014.

METRO. *Youth chances survey of 16-25 year olds: first reference report*. London: METRO Youth Chances, 2014.

MEYER, I. *Statement of Ilan H. Meyer, Ph.D. before The United States Commission on Civil Rights: briefing on peer-to-peer violence and bullying; examining the federal response*. May 13, 2011. Disponível em: <<http://williamsinstitute.law.ucla.edu/research/safe-schools-and-youth/meyer-usccr-testimony-may2011/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MITCHELL, M.; GRAY, M.; BENINGER, K. *Tackling homophobic, biphobic and transphobic bullying among school-age children and young people: findings from a mixed method study of teachers, other providers and pupils*. London: Government Equalities Office, 2014.

MITCHELL, A. M. et al. *What works in tackling homophobic, biphobic and transphobic (HBT) bullying among and young people?: evidence review and typology of initiatives*. London: Government Equalities Office, 2014.

MoEE. *Trans, Gender Variant and Intersex Students in Schools: Policy*. Valetta, Malta: Ministry of Education and Employment, 2015. p. 24.

NHRC OF MONGOLIA. *12th Report on Human Rights and Freedoms in Mongolia*. Ulaanbaatar: National Human Rights Commission of Mongolia, 2013.

NUS. *Education Beyond the Straight and Narrow: LGBT student's experience in higher education*. National Union of Students, 2014.

NEW ZEALAND. Ministry of Education. *Sexuality Education: a guide for principals, boards of trustees, and teachers*. Wellington, New Zealand: Ministry of Education, 2015.

PARK, A.; HALAWI, F. *Lack of equal treatment and access to equal opportunity for LGTBQ people in the United States: submission to the United Nations universal periodic review of United States of America*. Los Angeles: The Williams Institute, 2015.

PERU. Ministerio de Educación. *SiseVe: contra la violencia escolar*. 2015. Disponível em: <<http://www.siseve.pe/>>. Acesso em: 9 out. 2015.

PINHEIRO, P. S. *World report on violence against children*. Geneva, Switzerland: United Nations, 2006.

PNUD. *Informe sobre la situación de los derechos humanos de las mujeres trans en El Salvador*. San Salvador, El Salvador: PNUD, Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos, 2013.

RICHARD, J. F.; SCHNEIDER, B. H.; MALLETT, P. Revisiting the whole-school approach to bullying: really looking at the whole school. *Sch. Psychol. Int.*, v. 33, n. 3, p. 263-284, 2012.

ROLAND, E.; AUESTAD, G. *Seksuell orientering og mobbing*. Stavanger: Senter for Atferdsforskning, 2009.

RUSSO, R. G. The Extent of public education nondiscrimination policy protection for lesbian, gay, bisexual, and transgender students: a national study. *Urban Educ.*, v. 41, n. 2, p. 115-150, 2006.

SAEWYC, E. M. et al. School-based strategies to reduce suicidal ideation, suicide attempts, and discrimination among sexual minority and heterosexual adolescents in Western Canada. *Int. J. Child, Youth Fam. Stud.*, v. 5, n. 1, p. 89-112, 2014.

SCHOONACKER, M.; DUMON, E. *WELEBI: onderzoek naar het mentaal en sociaal welbevinden van lesbische en biseksuele meisjes*, 2009. Disponível em: <<http://www.jeugdonderzoekplatform.be/nl/databank-jeugdonderzoek/welebi-onderzoek-naar-het-mentaal-en-sociaal-welbevinden-van-lesbische-en-biseksuele-meisjes>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SED. *Educación para la ciudadanía y la convivencia: encuesta de clima escolar y victimización*, 2013. Bogotá: Secretaría de Educación del Distrito Secretaría Distrital de Cultura, Recreación y Deporte, Observatorio de culturas, 2013.

SENTIIDO. *El bullying por homofobia debe salir del clóset*, 2014. Disponível em: <<http://sentiido.com/el-bullying-por-homofobia-debe-salir-del-closet/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

SETA FINLAND. *The Human rights status of lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex people: submission to the United nations Human Right Council for its Universal periodic Review of Finland (13th Session, 2012)*, 2011. Disponível em: <http://www.sateenkaariperheet.fi/userfiles/documents/UPR_review_-_Human_Rights_status_of_Lesbian_Gay_Bisexual_Transgender_and_Intersex_People_-_Sateenkaariperheet_-_Seta_-_Trasek_211111.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SMITH, E. et al. *From blues to rainbows: the mental health and well-being of gender diverse and transgender young people in Australia*. Melbourne: La Trobe University and University of New England, 2014.

STOTZER, R. L. Sexual orientation-based hate crimes on campus: the impact of policy on reporting rates. *Sex. Res. Soc. Policy*, v. 7, n. 3, p. 147-154, 2010.

SYMONS, C. et al. *The Impact of Homophobic Bullying during Sport and Physical Education Participation on Same-Sex Attracted and Gender-Diverse Young Australians' Depression and Anxiety Levels'*: The Equal Play Study. College of Sport and Exercise Science, Victoria University, and the Institute for Sport, Exercise and Active Living, 2014.

SWEDEN. Government. *CoE's follow-up to recommendation CM/Rec(2010)05*, 2010. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/hrpolicy/Others_issues/LGBT/Questionnaire/LGBT_Sweden.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SWEDEN. The Swedish National Board for Youth Affairs. *About LGBT youth: health*. Stockholm, 2012.

TAKÁCS, J. *Social exclusion of young lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) people in Europe*. Brussels: ILGA Europe, IGLYO, 2006.

TAYLOR, C.; PETER, T. *Every Class in Every School: final report on the First National Climate Survey on Homophobia, Biphobia and Transphobia in Canadian Schools*. Toronto, ON: EGALÉ, Canada Human Rights Trust, 2011.

TEYCHENNÉ, M. *Discriminations LGBT-phobes à l'école État des lieux et recommandations: Rapport de Michel Teychenné à Monsieur le Ministre de l'éducation nationale*. Paris: Ministre de l'Éducation Nationale, 2013.

UNDP; THE WILLIAMS INSTITUTE. *Surveying Nepal's Sexual and Gender Minorities: an inclusive approach - executive summary*. Bangkok, 2014.

UNESCO. *Asia-Pacific consultation on school bullying based on sexual orientation and gender identity/expression: meeting report*. Bangkok, Thailand, 2015a.

UNESCO. *Bullying targeting secondary school students who are or are perceived to be transgender or same-sex attracted: types, prevalence, impact, motivation and preventive measures in 5 provinces of Thailand*. Bangkok: Mahidol University, Plan International Thailand, UNESCO Bangkok Office, 2014a.

UNESCO. *Education sector responses to homophobic bullying*. Paris, 2012.

UNESCO. *From insult to inclusion: Asia-Pacific report on school bullying, violence and discrimination on the basis of sexual orientation and gender identity*. Bangkok, 2015b.

UNESCO. *Gender, diversity and violence in schools in five countries in Southern Africa: Botswana, Lesotho, Namibia, South Africa, Swaziland (draft)*. Paris, 2015c.

UNESCO. *International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach for schools, teachers and health educators*. Paris, 2009.

UNESCO. *Teaching respect for all*. Paris, 2014c.

UNESCO. *Source from Namibia country report*. Paris, 2015d.

UNICEF. *Hidden in plain sight: a statistical analysis of violence against children*. New York, 2014b.

UNICEF. *Investigating the prevalence and impact of peer abuse (bullying) on the development of Jamaica's children*. Kingston, 2015.

UNICEF. *La voz de los niños, niñas y adolescentes y discriminación*. New York, 2011.

UNICEF. *Tackling violence in schools: a global perspective bridging the gap between standards and practice*. New York: Office of the Special Representative of the Secretary General on Violence against Children, 2012.

UNITED KINGDOM. Equalities Office. *Stop online abuse*, 2015. Disponível em: <<http://www.stoponlineabuse.org.uk/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

UNITED NATIONS. *Report of the United Nations Special Rapporteur on the Right to Education, A/65/162*. New York: United Nations General Assembly, 2010. Disponível em: <http://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/UNSR_Sexual_Education_2010.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

UNITED NATIONS. *Resolution A/RES/70/1*. New York: United Nations General Assembly, 2015. Disponível em: <<http://www.ipu.org/splz-e/unga16/2030-e.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

UNITED NATIONS FOR LGBT EQUALITY. *Free & Equal fact sheet: intersex*. New York: United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 2015.

UNITED STATES. Secretary of Education. *White House Summit on Bully Prevention Conference Materials*. US Secretary of Education, 2011. p. 104.

VEALE, J. et al. *Being safe, being me: results of the Canadian Trans Youth Health Survey*. Vancouver, British Columbia: The Canadian Trans Youth Health Survey Research Group, Stigma and Resilience Among Vulnerable Youth Centre, School of Nursing, University of British Columbia, 2015.

WHO. *Standards for sexuality education in Europe: a framework for policy makers, educational and health authorities and specialists*. Cologne: WHO Regional Office for Europe and BZgA, 2010.

WHO. *Standards for sexuality education in Europe: guidance for implementation*. Cologne: WHO Regional Office for Europe and BZgA, 2011.

WOLFE, D. A.; CHIODO, D. *Sexual harassment and related behaviours reported among youth from grade 9 to grade 11*. CAMH Centre for Prevention Science, 2008.

WORTHEN, M. G. F. The Interactive impacts of high school Gay-Straight Alliances (GSAs) on college student attitudes toward LGBT individuals: an investigation of high school characteristics. *J. Homosex.*, v. 61, n. 2, p. 217-250, 2014.

YILMAZ, V.; GÖÇMEN, E. Summary results of the social and economic problems of lesbian, gay, bisexual and transsexual (LGBT) Individuals in Turkey. *Cent. Policy Res. Turkey*, v. 4, n. 6, p. 97-105, 2015.

YOUTH COALITION; COJESS MÉXICO; ENEACHE. *Primera encuesta nacional sobre bullying homofóbico*, 2012. Disponível em: <http://www.eneache.com/EncuestaBullying/Bullying_homofobico-1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.

6.

GLOSSÁRIO

6. GLOSSÁRIO

Os termos e os conceitos usados neste relatório refletem definições amplamente aceitas, bem como o trabalho realizado pela UNESCO e parceiros sobre violência⁵ baseada no gênero relacionada à escola e, quando possível, são consistentes com as definições das Nações Unidas.

Definições de termos e conceitos comuns utilizados neste relatório incluem:

Adolescente:	pessoa com idade entre 10 e 19 anos, de acordo com a definição das Nações Unidas.
Bissexual:	pessoa que sente atração tanto por homens quanto por mulheres. Alguns homens e mulheres adotam o termo para descrever sua identidade.
Criança:	pessoa com menos de 18 anos, de acordo com a definição das Nações Unidas.
Expressão de gênero:	como uma pessoa expressa o próprio gênero para o mundo, por exemplo, por meio de nomes, roupas, formas de andar, falar e se comunicar, papéis sociais e seu comportamento geral.
Gay:	o termo se refere a atração sexual, comportamento sexual e identificação cultural com pessoas do mesmo sexo. Contudo, costuma ser usado para descrever homens que sentem atração sexual e se relacionam de maneira íntima primordialmente com outros homens.
Gênero:	atributos sociais e oportunidades associadas com ser homem e mulher e as relações: entre mulheres e homens, meninas e meninos, bem como entre mulheres e entre homens. Esses atributos, as oportunidades e as relações são socialmente construídas e aprendidas por meio de processos de socialização.
Heteronormatividade:	crença de que a heterossexualidade é a orientação sexual normal ou padrão.
Homens que fazem sexo com homens (HSH):	homens que fazem sexo com homens – independentemente de fazer ou não sexo com outras mulheres ou ter uma identidade pessoal ou social gay ou bissexual. Esse conceito inclui também os homens que se autoidentificam como heterossexuais, mas que têm sexo com outros homens.
Homofobia:	medo, rejeição ou aversão a homossexuais e/ou à homossexualidade, frequentemente expressos por atitudes estigmatizantes ou discriminatórias.
Homossexual/ homossexualidade:	pessoa que sente atração sexual por pessoas do mesmo sexo.

5 Adaptado do informativo: "Free & equal: fact sheet: intersex" (UNITED NATIONS FOR LGBT EQUALITY, 2015).

Identidade de gênero:	sentimento profundo, interno e individual de gênero de uma pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído a ela no momento do nascimento. Isso inclui o senso pessoal do corpo (que pode envolver, se livremente escolhido, a modificação da aparência corporal ou de função por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, incluindo roupas, fala e maneirismos.
Jovem:	pessoa com idade entre 10 e 24 anos, de acordo com a definição das Nações Unidas.
Jovem adulto:	pessoa com idade entre 15 e 24 anos, de acordo com a definição das Nações Unidas.
Lésbica:	mulher que sente atração sexual e consegue ter relacionamentos íntimos primordialmente com outras mulheres.
LGBTI:	sigla corresponde à lésbica, gay, bissexuais, transexuais e intersexuais. <i>Este relatório usa a expressão “alunos LGBTI” para se referir a todos os estudantes lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e pessoas intersexo que possam ser afetados pela violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais. Nos casos em que alunos intersexo (I) ou transgêneros (T) não estão incluídos nos dados apresentados no relatório, as siglas foram alteradas para LGBT, ou LGB, dependendo dos grupos para os quais existem dados disponíveis.</i>
Não conformidade de gênero:	pessoas que não estão em conformidade com nenhuma das definições de gênero binárias do sexo masculino ou feminino, bem como aqueles cuja expressão de gênero podem ser diferentes das normas padrão de gênero. Em alguns casos, os indivíduos são vistos como em não conformidade com o sexo por outras pessoas em função de sua expressão de gênero. No entanto, essas pessoas podem não se perceber como gênero não conformes. A expressão de gênero e da não conformidade de gênero está claramente relacionada às percepções individuais e sociais de masculinidade e feminilidade.
Orientação sexual:	capacidade de uma pessoa de ter profunda atração emocional e sexual, bem como relações íntimas e sexuais, por indivíduos de um gênero diferente, do mesmo sexo ou de mais de um gênero. Por exemplo, os homens homossexuais sentem atração sexual e têm capacidade para um relacionamento íntimo principalmente com outros homens. Mulheres lésbicas sentem atração sexual e têm capacidade para um relacionamento íntimo principalmente com outras mulheres. Bissexuais são atraídos tanto por homens quanto por mulheres.
Pessoa intersexo:	pessoa que nasce com características sexuais (incluindo os órgãos genitais, gônadas e padrões de cromossomos) que não se encaixam nas noções binárias típicas de corpos masculinos ou femininos. “Intersexo” é um termo geral utilizado para descrever uma ampla gama de variações corporais naturais. Em alguns casos, as características intersexo são visíveis no nascimento, enquanto em outros elas não são aparentes até a puberdade. Algumas variações cromossômicas de pessoas intersexo podem não ser fisicamente aparentes. Ser uma pessoa intersexo refere-se a características sexuais biológicas e é distinta da orientação sexual ou de gênero identidade de uma pessoa. Uma pessoa intersexo pode ser hétero, gay, lésbica ou bissexual, e pode se identificar, em termos de gênero, como feminino, masculino, ambos ou nenhum.

Questionador:	pessoa que está interrogando sua orientação ou sua identidade de gênero sexual.
Sexo:	classificação das pessoas como masculino, feminino ou intersexo, atribuído no momento de nascimento, com base na anatomia e na biologia.
Transfobia:	medo, rejeição ou aversão – muitas vezes na forma de atitudes estigmatizantes ou comportamentos discriminatórios – em relação às pessoas transgênero, incluindo transexuais e travestis.
Transexual:	pessoa transgênero que está passando ou já passou por um processo de tratamento (que pode incluir cirurgia e terapia hormonal) para fazer com que seu corpo reflita sua preferência de gênero.
Transgênero:	pessoa cuja identidade de gênero difere de seu sexo de nascença. Pessoas transgênero podem passar do masculino ao feminino (aparência feminina) ou do feminino ao masculino (aparência masculina). Podem, ainda, ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais.
Travesti:	pessoa que usa regularmente, mas não constantemente, roupas associadas sobretudo ao gênero oposto a seu gênero de nascença.
Variação de gênero:	expressões de gênero que não combinam com aquelas previstas pelo próprio sexo atribuído à nascença, incluindo as pessoas que se identificam como transgênero, transexuais, diferentes e intersexo.
Violência homofóbica e transfóbica em sistemas de ensino:	<p>forma de violência baseada no gênero relacionada à escola que é fundamentada no medo, no desconforto, na intolerância ou no ódio:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● à homossexualidade e às pessoas sexualmente diversas (homofobia); e ● aos transgêneros e outras pessoas percebidas como “transgressoras” das normas de gênero (transfobia). <p>Essa violência tem como alvo os estudantes com base em sua real ou percebida orientação sexual ou identidade de gênero/expressão. Os alvos são lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outros cuja identidade/expressão de gênero não se encaixa em normas binárias de gênero. Estudantes intersexo também podem ser os sujeitos dessa violência, mas não existem, atualmente, suficientes dados científicos disponíveis sobre isso. Violência homofóbica e transfóbica pode envolver: violência física; violência psicológica, incluindo abuso verbal e emocional; violência sexual, incluindo estupro, coação e assédio; e <i>bullying</i>, incluindo o <i>cyberbullying</i>.</p> <p><i>Este relatório usa a expressão “violência homofóbica e transfóbica em contextos educacionais” para se referir a todos os tipos de violência de gênero relacionados a escola que são baseados na orientação sexual ou na identidade de gênero/expressão, incluindo bullying. No entanto, quando a investigação se refere a tipos específicos de violência – como o bullying –, isso é declarado.</i></p>

Nenhum país pode alcançar a educação inclusiva e equitativa de qualidade se seus próprios alunos são discriminados ou sofrem violência em função de sua orientação sexual e identidade de gênero real ou percebida – um tipo de violência muitas vezes denominada violência homofóbica e transfóbica, encontrada, em muitos países, de forma predominante em diversos contextos educacionais.

Este relatório resume as principais conclusões de um estudo global e oferece a primeira visão geral dos dados mais atualizados sobre a natureza, o alcance e o impacto da violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais em todo o mundo, bem como sobre ações em curso para abordar esse tipo de violência. Ele também oferece às partes interessadas do setor de educação um panorama para o planejamento e a implementação de respostas eficazes como parte de esforços mais amplos para prevenir e abordar a violência nas escolas.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

**Representação
no Brasil**